

Nº 528 • ANO XLVII  
ABRIL 2018 • MENSAL • €1,50

# Revista da **ARMADA**



**NOVO CEMA E AMN**

**ALMIRANTE MENDES CALADO**





# CHEFE DO ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

## TOMADA DE POSSE

Às 17h00 do dia 1 de março, no Salão Nobre do Palácio de Belém, o Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, conferiu posse ao Almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro como Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

O evento contou com a presença ou representação das mais altas figuras da hierarquia do Estado e grande número de entidades militares e civis que quiseram testemunhar este ato solene. Iniciou com a leitura dos termos de posse pelo Dr. Arnaldo Pereira Coutinho, Secretário-Geral da Presidência da República, seguindo-se a Leitura e Assinatura do Compromisso de Honra pelo empossado. Após assinatura do Auto de Posse pelo Almirante Silva Ribeiro e pelo Presidente da República, este proferiu uma alocução, a que se seguiu a intervenção do novo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

O Presidente da República salientou que *A política de Defesa Nacional, tal como a Política Externa, tem sido, desde a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa, uma política de regime. E por isso, no essencial, é a mesma partilhada por Presidente da República, Assembleia da República e Governo.*

Adiante, referindo-se às missões externas das Forças Armadas, (...) *todas elas exemplo de excelência e de eloquente serviço aos valores personalistas e, portanto, à paz, aos direitos humanos e à segurança, ao diálogo, à cooperação, ao multilateralismo, salientou o (...) reconhecimento do papel singular das Forças Armadas na própria identidade de pátria e, por decorrência, na afirmação da nossa soberania, da nossa independência, do nosso histórico mas hoje do novo crescente protagonismo na cena mundial, criando convergências, fazendo pontes, constituindo plataforma entre culturas, civilizações, oceanos e continentes. As nossas Forças Armadas são mais, muito mais, do que razão de orgulho passado de todos nós, são fator de coesão social, territorial e intergeracional (...)*

Após mencionar a preocupação comum em alargar o recrutamento e sobretudo valorizar as mulheres e os homens que integram as Forças Armadas e elencar diversos desafios atuais, afirmou que (...) *houve que mostrar que a Instituição Militar é uma*

*garantia fundamental do Estado de Direito, não uma realidade que com ele conviva circunstancialmente.*

Dirigindo-se diretamente ao recém-empossado CEMGFA, salientou que (...) *tem servido Vossa Excelência a Marinha, que vê agora confirmada a justeza de uma salutar sucessão de ramos, sinal da unidade substancial e da sensatez procedimental. Apresenta Vossa Excelência uma carreira distinta, distinta em qualidades militares e em predicados pessoais, científicos e cívicos (...)* Conta com o apoio dos Senhores chefes de Estado-Maior, que sabem que o êxito da sua missão se encontra inequivocamente ligado ao de Vossa Excelência. E do seu currículo (...) *avultam a capacidade de liderança, a argúcia estratégica, o atento relacionamento interno e externo, a perspicácia na análise e a firmeza na decisão, sem estados de alma, impulsos ou ruídos desenquadrados ou meramente imediatistas.*

Após referir que o tempo que espera o novo CEMGFA é árduo, pois há muito a fazer em horizonte acelerado, realçou as principais missões e palcos em que as Forças Armadas estão envolvidas, bem como a confiança nos militares que as servem, concluindo (...) *o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, tal como o Governo que propôs a sua designação, está convicto de que o seu mandato será plenamente sucedido, a bem das nossas Forças Armadas, a bem de Portugal!*

A concluir, na sua alocução, o Almirante Silva Ribeiro reiterou que dedicará ao cargo que lhe foi confiado todo o potencial das suas capacidades de militar e todo o carinho da sua alma de marinheiro, e assumiu a firme vontade de cumprir a divisa do EMGFA: “Que quem quis, sempre pôde”. Referiu que *Da minha parte continuarei como até aqui, apenas pretendendo ser útil às Forças Armadas e a Portugal, acrescentando que espera beneficiar do apoio dos chefes dos Ramos para trabalharem juntos em benefício de umas Forças Armadas que desejamos prósperas, capazes e úteis a Portugal.*

Após encerramento da cerimónia, seguiu-se a apresentação de cumprimentos ao novo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas pelas Altas Entidades, familiares e convidados.

# SUMÁRIO

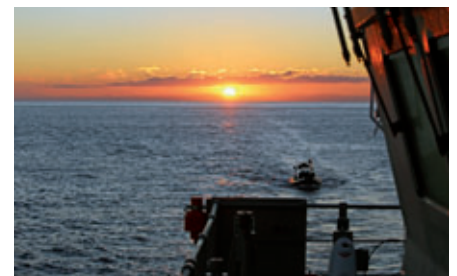
<b>02</b>	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Tomada de Posse
<b>04</b>	Chefe do Estado-Maior da Armada e AMN. Tomada de Posse
<b>05</b>	Chefe do Estado-Maior da Armada e AMN. Apresentação à Marinha
<b>10</b>	Visita e despedida do CEMGFA. General Artur Pina Monteiro
<b>11</b>	Almirante Silva Ribeiro cessa funções de CEMA e AMN
<b>14</b>	Combate à Poluição do Mar
<b>18</b>	Os Vikings em Portugal
<b>20</b>	Direito do Mar e Direito Marítimo (15)
<b>22</b>	Entregas de Comando/Tomadas de Posse
<b>23</b>	Academia de Marinha
<b>24</b>	Viagem de Instrução Curso “Jorge Álvares”
<b>25</b>	A Marinha participa na Formação em Língua Inglesa no âmbito da NATO
<b>26</b>	Notícias
<b>28</b>	Vigia da História (100)
<b>29</b>	Estórias (40)
<b>30</b>	Novas Histórias da Botica (69)
<b>31</b>	Desporto
<b>32</b>	Saúde para Todos (54)
<b>33</b>	Quarto de Folga
<b>34</b>	Notícias Pessoais / Convívios / Saibam Todos
<b>CC</b>	Símbolos Heráldicos

## DISCURSO DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA E AMN

# 06



## 12 NRP DOURO. MISSÃO FRONTEX



## UTITA. UMA UNIDADE DE SAÚDE DIFERENTE

# 16



### Capa

Almirante Mendes Calado, novo CEMA e AMN  
Foto ISAR ETC Silva Parracho



**Revista da**  
**ARMADA**

Publicação Oficial da Marinha  
Periodicidade mensal  
Nº 528 / Ano XLVII  
Abril 2018

Revista anotada na ERC  
Depósito Legal nº 55737/92  
ISSN 0870-9343

**Diretor**  
CALM EMQ João Leonardo Valente dos Santos

**Chefe de Redação**  
CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

**Redatora**  
1TEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

**Secretário de Redação**  
SMOR L Mário Jorge Almeida de Carvalho

**Desenho Gráfico**  
ASS TEC DES Aida Cristina M.P. Faria

**Administração, Redação e Publicidade**  
Revista da Armada – Edifício das Instalações Centrais da Marinha – Rua do Arsenal  
1149-001 Lisboa – Portugal  
Telef: 21 159 32 54

**E-mail da Revista da Armada**  
revista.armada@marinha.pt  
ra.sec@marinha.pt

**Paginação eletrónica e produção**  
Página Ímpar, Lda.  
Estrada de Benfica, 317- 1 Fte  
1500-074 Lisboa

**Tiragem média mensal:** 4000 exemplares



# CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

## TOMADA DE POSSE

Às 18h00 do dia 1 de março, no Salão Nobre do Palácio de Belém e na sequência do Decreto nº 17C/2018, publicado no Diário da República 1ª série, 1º suplemento ao nº 43, da mesma data, o Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, conferiu posse ao Almirante António Maria Mendes Calado como Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional.

O evento contou com a presença ou representação das mais altas figuras da hierarquia do Estado, nomeadamente o Vice-Presidente da Assembleia da República Dr. Jorge Lação, em representação do Presidente da AR, o Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, o Presidente do Tribunal Constitucional, Juiz Conselheiro Manuel da Costa Andrade, o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Juiz Conselheiro Vítor Manuel Gonçalves Gomes, o Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. José Salazar Casanova, o Ministro da Defesa Nacional, Professor Doutor José Azeredo Lopes, a Ministra do Mar, Engenheira Ana Paula Vitorino, o Presidente do PSD, Dr. Rui Rio, o Presidente da Comissão de Defesa Nacional da AR, Dr. Marco António Costa, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Almirante António Silva Ribeiro, o Secretário de Estado da Defesa Nacional, Dr. Marcos Perestrello, a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, Dra. Maria Helena Fazenda, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Teixeira Rolo, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Rovisco Duarte, vários ex-Chefes do Estado-Maior-General das Forças Armadas e da Armada, entre outras entidades militares e civis que quiseram acompanhar a tomada de posse do 19º Chefe do Estado-Maior da Armada.

Na cerimónia foram lidos os termos de posse pelo Dr. Arnaldo Pereira Coutinho, Secretário-Geral da Presidência da República, seguindo-se a leitura e assinatura da declaração do compromisso de honra pelo Almirante CEMA e a assinatura do auto de posse pelo Presidente da República.

Após o encerramento da cerimónia, as Altas Entidades, familiares e convidados tiveram oportunidade de cumprimentar e felicitar o novo titular do cargo.



Fotos CAB A Evans de Pinho

### Almirante António Mendes Calado

O Almirante António Maria Mendes Calado nasceu em Cabeço de Vide, em 11 de janeiro de 1957, ingressou na Escola Naval em 1974, tendo concluído a licenciatura em Ciências Militares Navais – Marinha, em 1978. Especializou-se em Artilharia e possui, entre outros, o Curso Geral Naval de Guerra, o Curso Complementar Naval de Guerra e o Curso de Promoção a Oficial General. Frequentou ainda cursos na área dos sistemas de armas das fragatas da classe "Vasco da Gama" em escolas nacionais e estrangeiras designadamente, da Marinha dos EUA, na área dos sistemas de mísseis SeaSparrow e Harpoon. Frequentou igualmente o International Defence Management Course no Defense Resources Management Institute, na Califórnia e o Maritime Warfare Course, na HMS *Dryad School*, em Portsmouth.

Em terra desempenhou funções como instrutor do curso de oficiais e mais tarde diretor da Escola de Artilharia Naval, chefe do gabinete de operações ASuW/AAW do CITAN, chefe da secção de exercícios do Comando Naval, chefe da secção de treino do departamento de treino e avaliação da Flotilha, onde acumulou as funções de oficial de ligação ao FOST, para o treino das fragatas da classe "Vasco da Gama", entre 1996 e 1999. Exerceu funções de oficial adjunto do Chefe da Divisão de Pessoal e Organização do Estado-Maior da Armada, foi Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Varsóvia e, em acumulação, das embaixadas de Portugal em Kiev, Bratislava, Bucareste e Budapeste.

Depois de ter terminado o Curso de Promoção a Oficial General (2007/08) chefiou a Divisão de Pessoal e Organização do EMA e,



# E AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL

## APRESENTAÇÃO À MARINHA



Fotos 1SAR ETC Silva Parracho

No dia seguinte à sua tomada de posse, pelas 11h00 do dia 2 de março, o Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (CEMA e AMN), Almirante António Maria Mendes Calado, efetuou a sua entrada oficial nas Instalações Centrais de Marinha (ICM), onde decorreu a cerimónia de apresentação à Marinha.

Entrando pelo portão da Rua do Arsenal e após ter sido recebido no túnel de acesso pelo Diretor de Comissão Cultural da Marinha, VALM Mourão Ezequiel, e pelo Comandante da UAICM, CMG Conceição Lopes, foram-lhe prestadas honras com “Apitos de Ordenança”, após o que se dirigiu ao ponto de continência.

A Guarda de Honra, constituída por Banda da Armada, Estandarte Nacional e uma companhia a três pelotões (um pelotão da Escola Naval, um da ETNA e um do Corpo de Fuzileiros), comandada pelo 1TEN AEL Tremeceiro de Paiva, prestou as devidas honras ao Almirante CEMA e AMN, que se iniciaram com o Hino “Maria da Fonte”, enquanto o NRP *Corte Real*, pairando no Tejo em frente à Ribeira das Naus, efetuava 19 tiros de salva.

Após as honras militares, o Almirante CEMA e AMN deslocou-se para a Casa da Balança, onde era aguardado por familiares, amigos e outros convidados pessoais, Oficiais Gerais, Oficiais, Sargentos, Praças, Militarizados e Cíveis da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional, realçando-se a presença de quatro ex-Chefes do Estado-Maior da Armada.

O Almirante Mendes Calado proferiu uma alocução, onde transmitiu a visão e as principais linhas de orientação para o seu mandato.

No final, a cerimónia terminou com a desintegração do Estandarte Nacional da Guarda de Honra, seguindo-se o momento de cumprimentos e boas vindas por parte de todos os presentes.



Colaboração da **UAICM** e **GABCEMA**

após a promoção a contra-almirante, desempenhou os cargos de comandante da Zona Marítima dos Açores e o de Subchefe do Estado-Maior da Armada.

Navegou cerca de vinte mil horas tendo desempenhado funções como chefe do serviço de navegação e de comunicações dos NRP *João Coutinho* e *Afonso Cerqueira*, oficial imediato do NRP *Lagoa*, chefe do serviço de artilharia do NRP *Comandante João Belo* e chefe do departamento de operações do NRP *Vasco da Gama*.

Concluiu a sua carreira no mar como comandante do NRP *Corte Real*, entre julho de 2002 e dezembro de 2005, período durante o qual participou no treino operacional no *Flag Officer Sea Training (FOST)*, comandou a força envolvida na crise da Guiné-Bissau em 2004 e integrou a *Standing Nato Maritime*

*Group One* em 2005, por um período de seis meses.

Foi promovido a vice-almirante em setembro de 2015 tendo tomado posse como Superintendente do Material em 14 de outubro de 2015.

Em outubro de 2016, o Almirante Mendes Calado tomou posse como Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, cargo que desempenhou em acumulação com o de Superintendente do Material, até 7 de março de 2017.

No dia 1 de março de 2018 toma posse como Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional.

Da sua folha de serviços constam diversos louvores e condecorações.

O Almirante Mendes Calado é casado com Maria da Graça. Têm dois filhos, António e Nuno e dois netos, Miguel e André.

# DISCURSO DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA E AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL

**A**s minhas primeiras palavras são para expressar publicamente o orgulho e o sentimento de privilégio, por ter merecido tão honrosa distinção para o desempenho do cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada e, por inerência, Autoridade Marítima Nacional.

Assumo esta responsabilidade com entusiasmo, sentido do dever e espírito de missão, que constituem tónicos inesgotáveis de que me servirei para corresponder à confiança em mim depositada.

A todos vós, que tiveram a gentileza de me acompanhar nesta ocasião, manifesto a minha sentida gratidão. É um gesto que interpreto como expressão de cortesia institucional para com a Marinha e os órgãos da Autoridade Marítima Nacional e uma manifestação pessoal de solidariedade, de camaradagem e de amizade, testemunhos da vontade, da disponibilidade e do empenho para cooperar e colaborar na prossecução de objetivos que melhor sirvam o Nosso País.

À minha família, uma palavra de carinho e de especial agradecimento pela presença em mais este momento da nossa vida familiar, que nos habituámos a partilhar com a Marinha. Muito obrigado pelo vosso incondicional apoio, que garante a imprescindível tranquilidade para me dedicar ao exercício das minhas funções!

Ao meu antecessor no cargo, almirante Silva Ribeiro, camarada de curso com quem partilhei uma carreira ao serviço da Marinha desde os primeiros dias de setembro de 1974, quando ambos entrámos na Escola Naval, expresso, neste momento de passagem do quarto, uma palavra de admiração e respeito pela forma como comandou a Marinha e a Autoridade Marítima Nacional, e pela visão estratégica do plano de navegação que traçou, no qual me revejo e que servirá de referência neste início do meu mandato.

A sua ação permitiu projetar uma imagem de competência da Marinha e da Autoridade Marítima, que ajudou a difundir um sentimento de utilidade pública e de credibilidade externa.

Assumi ontem o cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, pelo que iremos continuar a colaborar, irmanados no objetivo comum de contribuir para a defesa dos interesses nacionais.

Militares, militarizados e civis da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional

Ao dirigir-me pela primeira vez a todos vós como Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, quero partilhar convosco aquilo que sinto neste momento tão especial:

... um sentimento de enorme responsabilidade, acompanhado da tranquilidade própria do Comandante que sobe à ponte do seu navio e manda apitar à faina, para largar para mais uma missão, exigente na tarefa, mas exaltante no propósito.

Faço-o com orgulho e confiança em todos vós, para liderar uma instituição de valores cimentados numa herança de bem servir a Nossa Pátria, construída por muitas gerações de distintos e corajosos marinheiros.

Nesta nova missão, que agora se inicia, sinto uma guarnição pronta e, como vosso Comandante, assumo o compromisso de fazer da coesão e da disciplina a nossa força para enfrentar, com vontade de vencer, os desafios que seguramente nos serão colocados no caminho.

De mim, esperem sempre um Comandante atento, determinado e que tudo fará para vos liderar pelo exemplo, com o objetivo de, jun-

tos, construirmos uma equipa competente e eficaz no cumprimento da nossa missão. Para que possamos almejar a recompensa maior que resulta do sentimento de dever cumprido ao serviço do Nosso País e dos Portugueses, honrando o exemplo que herdámos daqueles que nos antecederam e deixando às gerações vindouras, uma Marinha e uma Autoridade Marítima modernas, nos meios e nos processos, e eficazes na forma de atuação!

Uma Marinha e uma Autoridade Marítima constituídas por pessoas competentes e motivadas, conduzidas por líderes inspiradores e inclusivos, capazes de, pelo exemplo, potenciar elevados níveis de desempenho e de satisfação profissional, onde cada um possa encontrar o seu espaço de afirmação pessoal!

Este é o meu objetivo principal, para cuja concretização vos convoco, apelando às competências de cada um e ao trabalho intenso em equipa para que, com dedicação e entusiasmo, possamos partilhar juntos, com orgulho, o sucesso que todos desejamos.

A chave desse sucesso somos nós! E para isso é necessário assumirmos uma atitude colaborativa entre todos os setores e também com as entidades externas, num esforço sincronizado que tenha como principal referência a valorização das capacidades da Marinha e da Autoridade Marítima, mantendo-as como instituições de referência ao serviço dos portugueses.

Temos um rumo claro, definido durante o processo de aprovação da Diretiva de Planeamento da Marinha e da Diretiva de Planeamento da Autoridade Marítima Nacional, no início de 2017.

No ciclo de gestão que agora se inicia, o rumo base será o mesmo, sendo que o nível de ambição, a velocidade de concretização e eventuais ajustes na rota defini-

da serão ponderados na revisão daquelas diretivas de planeamento, a realizar em breve, de modo a manter o rumo sempre alinhado com as circunstâncias.

Neste sentido, estabeleci como Visão para o meu mandato: Uma Marinha e uma Autoridade Marítima prontas e prestigiadas, ao serviço de Portugal e da segurança coletiva.

A primeira parte desta Visão congrega dois atributos que pretendo valorizar: a prontidão de resposta e o prestígio das instituições, decorrente de uma perceção clara da utilidade da Marinha e da Autoridade Marítima, tanto ao nível nacional, como internacional.

A segunda parte da Visão pretende traduzir um enfoque no sentido de serviço a Portugal e aos portugueses, de forma a permitir um exercício pleno da soberania, da jurisdição e da responsabilidade nos espaços marítimos nacionais e a contribuir para a segurança coletiva, nas suas múltiplas dimensões — nacional e internacional, humana e ambiental — em quadros de atuação autónomos, no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais, bem como das alianças e das organizações internacionais a que Portugal pertence.

É isto que aspiro para o futuro da Marinha e da Autoridade Marítima! E para alcançarmos este porto de chegada, defini três linhas de orientação estratégicas, que devem presidir aos nossos comportamentos e à nossa ação:

- Explorar todas as oportunidades para a valorização das capacidades da Marinha e da Autoridade Marítima;
- Conduzir um processo de transformação permanente que assegure a relevância das duas instituições na salvaguarda dos interesses de Portugal e na proteção dos portugueses;

## VISÃO

**Uma Marinha e uma Autoridade Marítima prontas e prestigiadas, ao serviço de Portugal e da segurança coletiva.**





- *Reforçar a credibilidade da Marinha e da Autoridade Marítima junto das entidades nacionais e internacionais.*

*Tendo presentes estas linhas de orientação, pretendo manter e dar continuidade aos objetivos estratégicos definidos nas Diretivas de Planeamento antes referidas. Nessa ótica, permitam-me que me detenha um pouco nos objetivos estratégicos da Marinha (a organização mãe, que sustenta, com recursos humanos e materiais, a Autoridade Marítima), aproveitando este início de um novo ciclo para identificar algumas prioridades e desafios.*

*Assim, na perspetiva genética, preservaremos três Objetivos Estratégicos, orientados, respetivamente, para os recursos humanos, materiais e financeiros.*

*O primeiro consiste em melhorar a capacidade de recrutamento e de retenção de recursos humanos, desenvolvendo metodologias de comunicação que respondam aos interesses e aos padrões de vida da juventude, de forma a potenciar o recrutamento de jovens talentosos, em quantidade e com as qualidades adequadas para uma carreira na Marinha e na Autoridade Marítima. Com este propósito, quero lembrar que está em curso um programa, liderado pelo Estado-Maior da Armada e envolvendo os setores da Marinha, que implementou linhas de ação concretas, que já surtiram efeitos no recrutamento em 2017, em que o preenchimento das vagas disponibilizadas aumentou de 45 para 97%. Não obstante, pretendo prosseguir os esforços para melhorar o recrutamento com o objetivo de aproximar os efetivos existentes dos efetivos máximos autorizados.*

*Por outro lado, no domínio da retenção, há que promover modelos de liderança aos vários níveis, de topo e intermédios, que permitam criar ambientes de trabalho estimulantes, valorizando as pessoas, envolvendo-as nos processos e motivando-as para os resultados, de modo a que possam concretizar um projeto de vida numa carreira de sucesso. Pretendo, também, dar uma atenção especial ao ensino e à instrução, promovendo o reconhecimento externo da formação de excelência ministrada na Marinha. Ainda no âmbito das medidas potenciadoras da retenção, considero essencial encontrar soluções estruturais, ao nível dos quadros e dos mapas de pessoal, capazes de satisfazer as necessidades da Marinha e da Autoridade Marítima, de forma a proporcionar previsibilidade à vida das pessoas e coerência ao fluxo de carreiras, assim como criar condições que, na medida do possível, permitam articular a atividade profissional e a vida familiar.*

*O segundo objetivo, na área dos recursos materiais, consiste em potenciar a edificação e a sustentação da componente naval do Sistema de Forças, para colocar no dispositivo os meios necessários para o cumprimento da missão da Marinha e da Autoridade Marítima. Neste âmbito, a prioridade máxima consiste em dar continuidade ao programa de construção dos seis navios de patrulha oceânica em falta no sistema de forças, tendo em consideração a necessidade urgente de substituir as corvetas que estão a atingir os 50 anos de serviço. Trata-se de um programa que reputo de fundamental e que constitui uma excelente oportunidade para o tecido empresarial português, potenciando o desenvolvimento tecnológico, a criação de emprego especializado e a internacionalização da indústria nacional, em especial no setor da construção naval. Ainda no quadro da capacidade de "Patrulha e Fiscalização", considero prioritária a conclusão do programa de reativação dos cinco navios de patrulha costeira da classe Tejo.*

*Neste âmbito da renovação da esquadra, considero, também, premente prosseguir o processo de substituição do reabastecedor de esquadra, cujos requisitos operacionais já foram definidos, sob pena*



de perdermos a capacidade expedicionária autónoma, crucial para um país como o nosso que tem uma vasta diáspora espalhada pelos quatro cantos do mundo.

Ainda no plano dos programas de maior vulto, há que prosseguir a modernização das fragatas e assegurar o próximo ciclo operacional dos submarinos, de forma a continuarmos a dar um contributo credível para a dissuasão militar e a acrescentar valor tangível às operações das organizações e alianças a que pertencemos.

Para além destes programas de maior expressão financeira, não podemos descurar o reequipamento dos Fuzileiros, para potenciar a reconhecida valia dos seus níveis de desempenho, alicerçada no rigor da formação e na exigência do treino, para o seu emprego em teatros internacionais de maior exigência.

Irei, também, empenhar-me no reequipamento dos Mergulhadores, na modernização das capacidades hidro-oceográficas, no revigoramento dos meios da capacidade de “Apoio à Autoridade Marítima Nacional” (aqui incluindo a construção de novos salva-vidas) e na modernização da Sagres e do Creoula, de forma a não ficarmos arredados das evoluções tecnológicas que vão ocorrendo, num ambiente de crescente solicitação dos cidadãos face ao incremento do uso do mar.

Ainda no quadro deste objetivo estratégico, pretendo que seja implementado um plano de ação que permita reforçar a capacidade de ciberdefesa da Marinha, fortalecendo a sua integração na correspondente capacidade nacional, designadamente em articulação com o Centro de Ciberdefesa e com o Centro Nacional de Cibersegurança.

Naturalmente, todos estes projetos merecerão o devido enquadramento no âmbito da revisão da Lei de Programação Militar, que ocorrerá durante este ano. Por isso mesmo, é essencial que façamos o “trabalho de casa” para prepararmos, atempadamente, os projetos de renovação progressiva das capacidades da Marinha e

da Autoridade Marítima, garantindo a sua execução plena de acordo com a calendarização estabelecida.

Finalmente, vou dar particular atenção ao estabelecimento de um modelo de relacionamento com o Arsenal do Alfeite, que permita melhorar o alinhamento da matriz de interesses das duas organizações e a qualidade dos serviços prestados na manutenção da esquadra. A Marinha reconhece a importância decisiva para o cumprimento da sua missão de um Arsenal do Alfeite perfeitamente sincronizado com as suas necessidades e prioridades de manutenção, garantindo o uso eficiente dos recursos disponíveis e o cumprimento de prazos, com elevados padrões de qualidade.

O terceiro objetivo visa incrementar a captação de fontes de financiamento supletivas, de modo a identificar alternativas que permitam complementar o orçamento anual. Esta foi uma área em que fizemos progressos significativos no passado recente. Pretendo dar-lhes continuidade, de modo a aproveitar as oportunidades dos programas de financiamento nacionais e da União Europeia, consolidando, para esse efeito, a Estrutura de Acompanhamento dos Fundos Comunitários, no âmbito do Estado-Maior da Armada.

Na perspetiva estrutural, preservaremos três Objetivos Estratégicos ligados à melhoria dos processos internos e externos.

O primeiro visa fortalecer o apoio à Autoridade Marítima Nacional e a cooperação com parceiros nacionais e internacionais, designadamente das áreas da segurança e defesa, da proteção civil e dos assuntos do mar.

O segundo objetivo está orientado para aperfeiçoar a eficiência nos processos e na gestão de recursos. No quadro deste objetivo, pretendo promover a evolução e o desenvolvimento de sistemas de informação críticos para a atividade da Marinha e da Autoridade Marítima e a desmaterialização de processos, com recurso às Tecnologias de Informação, tendo em vista a eficiência organizacional e a otimização processual. Com esse mesmo propósito, pretendo, ainda, consolidar as virtudes da nossa atividade inspetiva, atribuindo particular relevância aos domínios da segurança militar e da Segurança, Saúde no Trabalho e Ambiente (SSTA).

O terceiro objetivo pretende dinamizar a abertura da Marinha à sociedade e aos cidadãos, de forma a reforçar o prestígio da Marinha e o sentimento de utilidade da instituição nos nossos concidadãos.

Finalmente, os objetivos estratégicos na perspetiva operacional manter-se-ão focados na otimização do emprego das capacidades da Marinha ao serviço de Portugal e da segurança coletiva.

Assim, o primeiro objetivo consiste em otimizar a presença e o controlo nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, designadamente em articulação com a Autoridade Marítima e com outros parceiros, incrementando a presença, a vigilância e a proteção do vasto espaço marítimo de jurisdição e responsabilidade nacional. Saliento, neste âmbito, a minha intenção de reforçar os dispositivos nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ciente do contínuo crescimento das atividades marítimas naquelas regiões, bem como dos desafios associados.

O segundo objetivo visa aumentar a prontidão das unidades operacionais e o seu empenhamento no apoio à política externa, no quadro das orientações ministeriais da defesa e das prioridades definidas pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Como tal, pretendo promover a importância da estrutura de treino, como elemento potenciador da qualidade do aprontamento operacional. Preten-

do, igualmente, identificar oportunidades de treino para manutenção de padrões de prontidão, onde se incluem os exercícios nacionais e internacionais, de forma a potenciar a qualidade das participações em missões de apoio à política externa do Estado.

Este ano vamos ter uma atividade operacional de grande relevância, com o empenhamento em missões internacionais de meios navais, de fuzileiros e de mergulhadores. Estas missões, para além de afirmarem Portugal como contribuinte líquido na promoção da estabilidade e da paz, constituem também uma oportunidade de excelência para dar a conhecer ao mundo a valia do nosso pessoal, cuja atuação é sempre alvo dos mais rasgados elogios, quer no desempenho, quer no relacionamento interpessoal. Além disso, essas participações em missões internacionais constituem um forte incentivo ao recrutamento e à retenção, o que acentua a sua importância estruturante. Por estes motivos, pretendo pugnar por uma maior participação em Forças Nacionais Destacadas – âmbito em que os empenhamentos têm ficado aquém daquilo que ambiciono e que a Marinha pode fazer.

Finalmente, o último Objetivo Estratégico contribui para consolidar o conhecimento e a atuação no quadro das ciências do mar e da cultura marítima, duas áreas de atuação que pretendo ver reforçadas e colocadas ao serviço do País.

Este objetivo enquadra a melhoria do «Conhecimento do Mar» numa perspetiva de desenvolvimento, potenciação e sustentação da investigação científica e tecnológica, tirando partido da excelência do Instituto Hidrográfico e da Escola Naval para impulsionar o conheci-

## LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICAS

- Explorar todas as oportunidades para a valorização das capacidades da Marinha e da Autoridade Marítima;
- Conduzir um processo de transformação permanente que assegure a relevância das duas instituições na salvaguarda dos interesses de Portugal e na proteção dos portugueses;
- Reforçar a credibilidade da Marinha e da Autoridade Marítima junto das entidades nacionais e internacionais.





Fotos: 1SAR ETC/Silva Parracho

mento e a compreensão dos assuntos do mar. Nesta linha, pretendo apoiar ao máximo o projeto de mapeamento do Mar Português, reforçando os empenhamentos dos navios hidro-oceanográficos da Marinha nas águas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Além disso, este objetivo estratégico visa, ainda, potenciar as extraordinárias capacidades da Academia de Marinha e dos órgãos da Comissão Cultural de Marinha, para a divulgação da cultura marítima, contribuindo, dessa forma, para preservar a identidade e os interesses iminentemente marítimos dos portugueses.

Senhores Almirantes, comandantes, diretores e chefes das unidades, estabelecimentos e órgãos da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional.

Estes são os principais objetivos para a Marinha, os quais traduzem a continuidade que pretendo imprimir na estratégia institucional. Essa linha de continuidade vai também marcar o meu mandato como Autoridade Marítima Nacional, para o qual gostaria de destacar os objetivos estratégicos que considero prioritários para continuar a afirmar a Autoridade Marítima como esteio fundamental do exercício da autoridade do Estado no mar, capaz de continuar a prestar serviços relevantes às comunidades ribeirinhas, num relacionamento de proximidade, respeito e confiança mútua.

Assim, na vertente genética, é essencial que se possam disponibilizar e afetar à Autoridade Marítima recursos humanos de qualidade, que se promova uma permanente renovação dos meios e que se dê a devida atenção às infraestruturas, sejam elas de natureza social ou vocacionadas para o apoio às operações, pois a habitabilidade, o lazer e as boas condições de trabalho são aspetos essenciais para a motivação das pessoas e para os bons resultados operacionais. Importa, ainda, prosseguir os trabalhos destinados a propor o aumento progressivo dos efetivos da Polícia Marítima, cujo âmbito de atuação revela uma tendência crescente.

Numa ótica estrutural, prosseguiremos o processo de robustecimento institucional, clarificando, em diplomas próprios, o papel, competências, organização e relações funcionais dos órgãos e serviços que integram a Autoridade Marítima. Neste âmbito, merece particular atenção a revisão do Estatuto do Pessoal da Polícia Marítima, ajustando-o às realidades materiais, organizacionais e operacionais desta força policial.

Por fim, numa perspetiva operacional, continuarei a pugnar por cada vez melhores resultados, aprofundando, onde possível e adequado, o relacionamento institucional com outros ministérios e com parceiros e contrapartes internacionais. Tal permitirá criar as condições de trabalho e de confiança para explorar experiências e competências próprias, numa ótica de complementaridade entre agências, aspeto

absolutamente crítico para um ambiente de colaboração e de cooperação que importa desenvolver ao nível da segurança marítima.

Reconheço que a missão desta viagem que agora se inicia é complexa, vasta e diversificada, exigindo de todos nós uma atitude flexível e aberta à mudança, aliada a um verdadeiro espírito de cooperação com o Estado-Maior-General das Forças Armadas e os outros Ramos, com os serviços do Ministério da Defesa Nacional e com os demais departamentos do Estado com competências no âmbito da segurança, da proteção civil e dos assuntos do mar. Acredito, genuinamente, nas virtudes do trabalho cooperativo e do diálogo interdepartamental e vou estimular ao máximo a cooperação institucional, de forma a responder de forma articulada aos desafios transversais que se colocam ao nosso País.

Senhores Almirantes, comandantes, diretores e chefes, militares, militarizados e civis da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional

**...continuar a afirmar a Marinha e a Autoridade Marítima como instituições de referência onde as pessoas sintam plena realização pessoal no cumprimento da nobre missão de servir Portugal e os portugueses!**

Sabemos por experiência própria que a chegada em segurança e em tempo oportuno ao porto de destino requer um planeamento cuidadoso, com margem de flexibilidade suficiente para acomodar alterações no rumo ditadas pelas circunstâncias. Vivemos um tempo caracterizado por elevado nível de incerteza e

por escassez de recursos para fazer face a uma missão exigente e que não aceita o imprevisto.

Temos consciência de que alguns momentos exigirão que se faça navegação à vista e em águas muito restritas, mas é nosso dever olhar, com sabedoria e com confiança, para além do horizonte para antecipar soluções que acautelem o futuro e evitem surpresas estratégicas que coloquem dificuldades ao cumprimento da nossa missão.

Quero, nesta oportunidade, enviar uma palavra de apreço e de estímulo àqueles que, no mar e noutros teatros de operações, cumprem a missão da Marinha e da Autoridade Marítima e àqueles que, lá longe, afastados dos seus, se encontram envolvidos em programas de cooperação com as marinhas de países amigos de língua oficial portuguesa.

O vosso Comandante terá sempre como prioridade proporcionar-vos as condições necessárias para que as missões sejam realizadas em segurança e com sucesso!

Termino com um sentimento de confiança e reafirmando o compromisso de procurar contribuir para encontrar respostas integradas que permitam otimizar a gestão dos recursos disponíveis, melhorar estruturas e processos, e continuar a merecer a credibilidade que os que nos antecederam ajudaram a construir e a consolidar, e desta forma poderemos continuar a afirmar a Marinha e a Autoridade Marítima como instituições de referência onde as pessoas sintam plena realização pessoal no cumprimento da nobre missão de servir Portugal e os portugueses!

# VISITA E DESPEDIDA DO CEMGFA

## GENERAL ARTUR PINA MONTEIRO

No dia 23 de fevereiro, a Marinha recebeu a visita do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Artur Pina Monteiro, aproveitando a oportunidade para endereçar a sua mensagem de agradecimento e despedida.

O programa contemplou o trânsito entre a Doca da Marinha e a Base Naval de Lisboa a bordo da UAM *Alva*, a revista naval a todas as unidades navais atracadas no Alfeite, honras militares por guarda de honra, comunicação do General CEMGFA, cumprimentos, culminado com almoço no salão nobre do palácio do Alfeite.

A revista naval foi iniciada junto do NRP *Cuanza*, dos navios mais antigos da esquadra, culminando no cais de atracação das vedetas da BNL. A cerimónia militar teve início com a chegada do General CEMGFA à Praça de Comando da BNL, tendo cumprimentado o Estandarte Nacional e prestadas as devidas honras com o hino Maria da Fonte e as Salvas de 19 tiros pelo NRP *Figueira da Foz* que estava fundeado na bacia de manobra do Alfeite.

No seu discurso, o General CEMGFA salientou a condição da Marinha como o ramo mais antigo, neste contexto, constituindo-se como elemento estruturante das Forças Armadas e de Portugal. Prosseguiu com a referência à ação da Marinha para a defesa militar e o apoio à política externa do Estado, a segurança e autoridade do Estado no mar, e o apoio ao desenvolvimento económico, científico e cultural. Relevou o exemplar desempenho nas missões âmbito Forças Nacionais Destacadas, da NATO, União Europeia, Nações Unidas e multilaterais, salientou ainda o vastíssimo contributo ao país através das missões de interesse público corolado pelo número de vidas salvas.

Abordando o tema da revisão da Lei de Programação Militar, deixou os votos de uma modernização ajustada às possibilidades do país, equilibrada e capaz de ir ao encontro das reais necessidades das Forças Armadas, que resulte na dotação de meios modernos e eficazes para o cumprimento dos compromissos com os portugueses e a nível internacional.

No encerramento do discurso exortou a continuar o serviço à pátria com o profissionalismo e a dedicação reconhecidos à Marinha e às Forças Armadas. No contexto do comando Português da EURO-MARFOR, conciliando com a reunião de comandantes navais em Lisboa, os comandantes navais dos países empenhados nesta organização, apresentaram cumprimentos ao General CEMGFA, sendo a comitiva EUROMARFOR constituída pelo VALM Donato Marzano (Itália), VALM Jean-Philippe Rolland (França) e VALM Juan Rodrigues Garat (Espanha).



Fotos I.SAR ETC Silva Parracho



Seguidamente, realizou-se um almoço no salão nobre do Palácio do Alfeite, contemplando a presença dos oficiais gerais responsáveis dos diversos setores da Marinha, nomeadamente o Diretor da Comissão Cultural de Marinha, Superintendente de Material, Superintendente de Pessoal, Diretor Geral da Autoridade Marítima e Comandante Geral da Polícia Marítima, Comandante Naval, Superintendente Financeiro, Diretor do Instituto Hidrográfico, Chefe de Gabinete do CEMA e AMN, Comandante da Escola Naval, Sub-CEMA, Chefe de Gabinete do General CEMGFA, Segundo Comandante Naval, Comandante do Corpo de Fuzileiros e Superintendente das Tecnologias da Informação.

Antes da saída do General CEMGFA do Palácio do Alfeite, decorreu a assinatura do Livro de Honra da Marinha e entrega de oferta ao General CEMGFA pelo Almirante CEMA e AMN.



Colaboração do **COMANDO NAVAL**

### Transcrição do Livro de Honra

*Ao cessar funções no cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e no dia em que me despedi, no Alfeite, da nossa Marinha quero expressar o meu mais profundo sentimento de apreço e orgulho pela forma singular, que não esquecerei, como fui recebido.*

*Ao longo dos quatro anos de funções é justo reconhecer o papel relevante e indispensável da Marinha em todas as missões atribuídas às Forças Armadas. Sempre pronta, com eficiência e profissionalismo nas missões em território Nacional ou no exterior soube sempre dignificar o país em todas as situações.*

*Quero também deixar uma palavra de estímulo e de confiança no futuro. Após anos difíceis e de sérias restrições estou convicto que o país irá dar a necessária atenção às Forças Armadas e em particular aos meios da Marinha.*

*Acresce para terminar que o meu sucessor Almirante Silva Ribeiro saberá com o seu profundo conhecimento do ambiente estratégico e das Forças Armadas continuar a missão incontornável que nos está atribuída e por isso lhe desejo todo o sucesso. Obrigado à Marinha pela distinção e deferência que me dedicou.*

Artur Pina Monteiro





# ALMIRANTE SILVA RIBEIRO CESSA FUNÇÕES DE CEMA E AMN

**R**ealizou-se no dia 28 de fevereiro, no átrio do Salão Nobre do Gabinete do CEMA, nas Instalações Centrais de Marinha, a cerimónia de despedida do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (CEMA e AMN), Almirante António Silva Ribeiro.

Na sua mensagem de despedida o CEMA e AMN destacou que *Ao deixar os cargos de Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (AMN) desejo manifestar a todos, a grande honra e o enorme orgulho que tive em trabalhar e liderar duas instituições que são de todos os Portugueses. Com o empenho e o apoio de todos, definimos horizontes largos e mantivemos um ambiente de dignidade e elevação, cultivámos a coesão interna e a cultura de serviço, de rigor e de competência que, estou certo, são hoje a nossa imagem junto dos Portugueses.*

*Cumprimos, com eficácia e eficiência, todas as nossas missões, algumas bem complexas e difíceis. Isso foi possível porque trabalhamos unidos para incrementar a capacidade de realização e resposta da Marinha e da AMN, apesar das dificuldades que impendem sobre o País.*

*No momento em que, com emoção e já com saudade, termino a minha carreira na Marinha e na AMN, onde fui muito feliz, agradeço a todos o extraordinário apoio que me deram, só possível graças à inquebrantável camaradagem que nos une e ao supremo propósito que temos: Servir Portugal.*

Na mesma ocasião, o Almirante CEMA e AMN condecorou com a Medalha Militar de Serviços Distintos – Ouro, o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, VALM António Mendes Calado, realçando a *...inexcedível lealdade, elevado rigor, reconhecida competência e irrepreensível atitude...*

A cerimónia terminou com um desfile na parada das Instalações Centrais da Marinha.

Nos dias precedentes, o Almirante Silva Ribeiro quis manifestar o seu apreço pelo trabalho desenvolvido pelos seus colaboradores e entidades da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional, condecorando diversos militares, civis e entidades da Marinha, destacando-se a condecoração no dia 22 de fevereiro dos Clubes Militares (Oficiais, Sargentos e Praças) com a Medalha Naval Vasco da Gama. O Almirante CEMA e AMN quis assim reconhecer publicamente os relevantes serviços prestados por estes Clubes na promoção dos valores de referência da Marinha.



Fotos CAB A Evans de Pinho



Foto TSAR ETC Silva Parracho



# NRP DOURO

## MISSÃO FRONTEX



NRP Douro e UAM Troia atracados em Cádiz

### OPERAÇÃO INDALO 2017

A Marinha tem empenhado, ao longo dos últimos anos, os seus navios em operações de segurança marítima no âmbito da Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira – FRONTEX, para o controlo e vigilância das fronteiras marítimas e combate ao crime transfronteiriço. A última participação foi realizada no período de 22 de novembro a 21 de dezembro, pelo NRP *Douro*.

Foi na madrugada do dia 22 de novembro que o NRP *Douro* largou para a sua primeira missão internacional, para integrar a operação INDALO da agência FRONTEX. Esta agência é responsável pelo controlo e vigilância das fronteiras do sul da Europa, devido ao elevado número de migrantes ilegais que se aventuram pelo Mar Mediterrâneo à procura de uma vida melhor.

Com a chegada a Cádiz no dia seguinte, o navio recebeu dois *briefings* a bordo, um sobre as normas de conduta da FRONTEX, onde se destacam os direitos humanos fundamentais e todos os mecanismos de comunicação com a agência, e um segundo, mais operacional, feito pela *Guardia Civil* (Espanha), focado no número crescente de migrantes e de atividades ilegais incidentes no STROG<sup>1</sup>. Foi realçada também a evolução das embarcações e do seu *modus operandi* com rotas mais afastadas de costa, em pleno oceano Atlântico, rumo a Barbate ou a Trafalgar.

Com a conclusão destes *briefings*, o navio integrava oficialmente a operação INDALO. Tendo em conta o enquadramento e tipologia da missão, o navio recebeu ainda um representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), um elemento espanhol da *Guardia Civil* e, como reforço da guarnição, uma equipa do pelotão de abordagem, constituída por cinco fuzileiros (um sargento e quatro praças) e uma equipa para a guarnição da Lancha de Assalto Rápida (LAR) UAM *Troia*, constituída por duas praças fuzileiros da Unidade de Meios de Desembarque.

Estes elementos foram fundamentais na implementação de um processo de identificação, controlo e organização dos migrantes irregulares, na ligação entre o navio, a *Guardia Civil* e o Serviço de Busca e Salvamento Marítimo espanhol e, também, na pas-

sagem da experiência adquirida em participações anteriores. A missão foi coordenada pelo Centro de Coordenação Internacional, em Madrid, que contou com a presença de um oficial de ligação português.

O NRP *Douro* participou na operação INDALO no sul de Espanha. A área de operações é dividida em 4 subáreas, que haviam sido aumentadas, recentemente, para Oeste do STROG, devido ao súbito aumento de atividades ilícitas nessa zona geográfica. Ao NRP *Douro*, face às suas dimensões e características de navegabilidade, foi atribuída a área mais exigente, sendo que seria o meio mais indicado face às condições meteorológicas que seriam de esperar fora do Mediterrâneo. O navio patrulhou, sobretudo, a zona Oeste do STROG, fazendo, todavia, várias incursões a Este do mesmo, visto que também pertenciam à sua área de patrulha.

Durante o período de missão o NRP *Douro* foi reforçado com a UAM *Troia*, que se assumiu como meio orgânico do navio, já que foi utilizada como extensão dos meios e sistemas de bordo, não só para permitir uma rápida intervenção, mas, também, contribuindo para a compilação e manutenção do panorama de superfície.

Após a atribuição de áreas e depois de realizado o *briefing* para a missão, a UAM *Troia*, guarnecida por dois fuzileiros da equipa de abordagem, para além da sua guarnição normal, era lançada para realizar ações de patrulhamento, mantendo comunicações com o navio e efetuando um relato de operações com intervalos de 20 minutos.

A UAM *Troia* largou de Lagos um dia antes, tendo esperado pelo NRP *Douro* em Vila Real de Santo António, passando então a constituir-se como meio orgânico do navio. Na missão foi exaustivamente utilizada em patrulhas de duas horas e meia, duas vezes ao dia. As patrulhas eram exigentes, as condições de mar, à entrada do estreito, em dezembro, não foram as mais favoráveis, mas, equipada com bons sistemas e guarnecida por uma tripulação proficiente e treinada, foi possível a sua ampla utilização. No restante tempo, quando não era empenhada, não sendo possível o seu embarque no navio, a LAR permaneceu a reboque.



Infelizmente, apesar do esforço efetuado pelas diversas entidades envolvidas, a migração em massa continua a aumentar e ganha mais expressão a cada dia que passa. Graças à colaboração com o Reino de Marrocos, a maior parte dos migrantes são recolhidos nas suas águas territoriais, pelos seus meios navais. Existe ainda uma parte significativa de eventos que, embora ocorram em águas territoriais marroquinas, são solucionados pelo Serviço de Busca e Salvamento Marítimo de Espanha, o qual recebe os pedidos de auxílio diretamente dos migrantes por telefone, assim que estes largam da costa marroquina.

Limitado pelas águas territoriais espanholas, o NRP *Douro*, que não estava autorizado a ultrapassá-las, por diversas vezes aguardou no limite para escutar meios do Serviço de Busca e Salvamento Marítimo, que, ao recolher grupos avultados de migrantes mais exaltados, solicitavam a proteção e escolta do navio até ao porto de desembarque.

Outro grande problema da fronteira marítima sul da Europa é o tráfico de droga proveniente do norte de África. Embora devidamente informado pela *Guardia Civil*, o NRP *Douro* deparou-se com uma situação extremamente desafiante no combate ao narcotráfico. Dotados de embarcações robustas e bem equipadas, que atingiam facilmente os 50 nós de velocidade, os traficantes, também eles nitidamente preparados com equipamentos de proteção individual modernos e robustos, exploram impunemente os constrangimentos, quer da plataforma, quer das regras de empenhamento, dos meios que patrulham a fronteira.

Não sendo possível a sua interceção no mar, normalmente em coordenação com uma aeronave de patrulha marítima, o navio tentava manter a vigilância nos diversos grupos de embarcações que, aguardando a cobertura da noite, ganhavam posição para tentar o desembarque. Identificadas e mantidas sob vigilância, a posição das embarcações era transmitida às entidades em terra,



Pessoal de quarto à ponte durante uma patrulha

que com recurso a um evoluído sistema de radares costeiros efetuavam o seguimento dos contactos para tentar a sua apreensão no momento de desembarque. A tarefa não era fácil, tendo sido detetados por vezes, na mesma área, grupos de cinco embarcações rápidas, umas carregadas e outras para servirem de engodo, prontas para divergirem para terra.

Atribuído permanentemente à mesma área de operações, o navio apenas atracou no porto de Cádiz, tendo aproveitado as diversas facilidades disponíveis e a proximidade à Base Militar de Puntales, para aí estabelecer o seu ponto de apoio logístico. Cádiz revelou-se uma cidade acolhedora, embora fria no mês de dezembro. O ambiente típico de uma cidade histórica, a proximidade aos famosos restaurantes de Puerto de Santa Maria e a envolvente da quadra natalícia, permitiu o adequado descanso à guarnição. Numa das paragens, aproveitou-se a oportunidade para fazer a primeira festa de Natal do navio, que longe de casa e em missão teve significado acrescido para esta família naval. Realizou-se, ainda, uma cerimónia de promoções e de imposição de condecorações.

O navio esteve na área de operações durante 27 dias, navegando mais de 2700 milhas durante as 322 horas contratadas pela agência FRONTEX, e participou em diversos eventos, desde investigações de COI (*Contact of Interest*) a avistamentos e perseguição de aglomerados de embarcações de droga. Realizando uma taxa de navegação superior a 50%, o navio patrulha *Douro*, e a sua guarnição reforçada, regressou a Lisboa com o sentimento de missão cumprida, pois tinha tido a oportunidade de servir Portugal, além-fronteiras, e cumprido a sua primeira missão internacional.



Colaboração do **COMANDO DO NRP DOURO**



Nota

<sup>1</sup> Acrónimo para *Strait of Gibraltar* (Estreito de Gibraltar)

# COMBATE À POLUIÇÃO DO MAR

## EXERCÍCIO ATLANTIC POLEX.PT 2017

### O PLANO MAR LIMPO

A Resolução do Conselho de Ministros nº 25/93, de 15 de abril, aprovou o “Plano de Emergência para o Combate à Poluição das Águas Marinhas, Portos, Estuários e Trechos Navegáveis dos Rios, por Hidrocarbonetos e Outras Substâncias Perigosas”, abreviadamente designado por Plano Mar Limpo (PML). Este Plano de Contingência Nacional estabelece quatro níveis de atuação (do 4º para o 1º grau), que serão ativados sucessivamente de acordo com a crescente gravidade e impacto do incidente de poluição do mar ou da sua evolução, bem como a existência de cinco bases logísticas distribuídas pelo país: Norte (Leixões), Centro (Lisboa), Sul (Portimão), Açores (Ponta Delgada) e Madeira (Caniçal), existindo ainda uma Base Logística Nacional situada em Troia.

Nestas bases logísticas existem diversos meios materiais para fazer face a incidentes de poluição do mar, incluindo equipamentos específicos para utilização em mar aberto, em estuários/rios e na costa. Os principais equipamentos utilizados para uma intervenção desta natureza são as barreiras e os recuperadores que permitem fazer, respetivamente, a contenção e recolha dos poluentes. Existem ainda embarcações específicas para a contenção/recuperação de hidrocarbonetos com capacidade de operação em águas restritas.

No caso de um incidente de maiores proporções, Portugal poderá solicitar apoio internacional, que inclui navios em *standby*, subcontratados por intermédio da Agência Europeia de Segurança Marítima, EMSA (*European Maritime Safety Agency*), equipamentos não disponíveis nas bases logísticas e peritos. Estes navios, com atividade comercial própria, quando solicitados por Portugal terão de regressar ao seu porto base, embarcar equipamento e pessoal específico para o combate à poluição. Esta rede inclui atualmente 18 navios sendo que os mais próximos se situam em Sines, Vigo e Algeciras.

Importa referir que, decorrente das suas responsabilidades para dar resposta a incidentes locais nos Portos e Marinas, as diferentes Administrações Portuárias devem estar preparadas com meios de combate à poluição e pessoal habilitado para atuar nas suas áreas de jurisdição e de responsabilidade.

### O SERVIÇO DO COMBATE À POLUIÇÃO DO MAR (SCPM)

O Serviço do Combate à Poluição do Mar (SCPM) é o organismo da Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) a quem compete, nos espaços sob jurisdição da Autoridade Marítima Nacional (AMN), a direção técnica em matéria de combate à poluição do mar. Tem por isso a missão de estabelecer os procedimentos de natureza técnica relativos à vigilância e combate à poluição do mar, bem como coordenar e dirigir operações desenvolvidas neste âmbito.

### O EXERCÍCIO: ATLANTIC POLEX.PT 2017

Desde 1999 que o PML tem vindo a ser testado na sua vertente operacional, através da realização, numa base anual, de exercícios de simulação de combate a derrames de hidrocarbonetos no continente e ilhas. Os exercícios têm por objetivo testar e exercitar procedimentos que contribuam para o garante do estado de pron-

tidão operacional dos órgãos locais, regionais e centrais da AMN, como agentes de Proteção Civil nas suas áreas jurisdicionais, bem como a articulação quer com outros agentes e organismos de Proteção Civil, quer com os restantes ramos das Forças Armadas.

Inserido neste âmbito, realizou-se o exercício ATLANTIC POLEX.PT 2017 nos dias 18 e 19 de outubro em Vila Real de Santo António. Com uma elevada diversidade de cenários (*offshore*, praia, área portuária e marina) e multiplicidade de atividades desenvolvidas, quer ao nível tecnológico e científico (modelação de deriva, voo com *drones*, etc.), quer ao nível do socorro de mamíferos ou de evacuação de feridos. Este exercício contou com a participação de mais de 20 organismos associados, entre os quais a Sociedade de Salvamento e Segurança Marítima (congénera espanhola), a Marinha Real Marroquina e a EMSA.

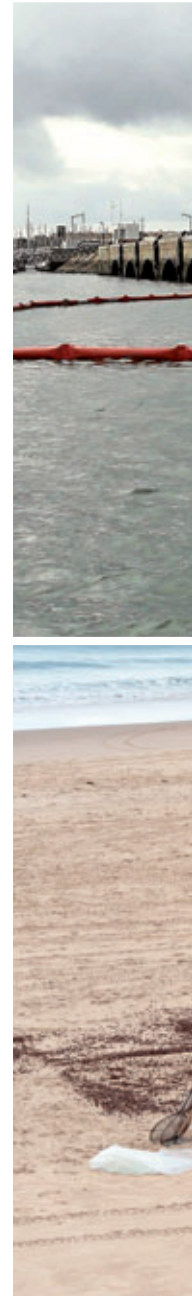
A escolha de Vila Real de Santo António prendeu-se com a necessidade de treinar o dispositivo do sotavento algarvio, considerando os fatores de risco das atividades operacionais que lhe estão agregadas decorrente do significativo tráfego marítimo naquela zona.

Este exercício integrou ainda, no seu programa, um seminário realizado no dia 18 de outubro, no Centro Cultural António Aleixo, subordinado ao tema “A Preservação do Meio Marinho”, bem como duas ações de formação para mais de 40 elementos, entre os quais operadores de administrações portuárias, agentes de proteção civil, funcionários das autarquias, Universidade do Algarve, elementos da Capitania de Vila Real de Santo António e do Porto de Huelva e outras entidades privadas.

No exercício ATLANTIC POLEX.PT 2017 simulou-se a contenção e recolha de fuelóleo, decorrente de um derrame devido a uma colisão entre dois navios, um cargueiro e um petroleiro. Paralelamente, simulou-se outro incidente com um pesqueiro no porto de VRSA, do qual resulta o derrame de gasóleo. Além dos derrames, e das conseqüentes operações de combate à poluição e do arrojamento de animais, foi necessário proceder também ao salvamento de náufragos e evacuação de feridos.

No exercício, foi simulado na ferramenta *Common Emergency Communication and Information System* (CECIS) um pedido de apoio internacional aos restantes Estados Membros da EU, onde foram solicitados meios navais, equipamento de combate à poluição e imagens por satélite da área afetada.

Estiveram diretamente envolvidas cerca de 300 pessoas, 100 observadores, as Lanchas de Fiscalização Rápidas *Orion* e *Cassiopeia* da Marinha Portuguesa, um avião C295M da Força Aérea Portuguesa, um navio Patrulha da Marinha Real Marroquina, um navio da rede de navios de resposta a incidentes de poluição protocolados pela EMSA, um navio de combate à poluição da Sociedade de Salvamento e Segurança Marítima Espanhola, dois rebocadores das empresas Svitzer e Rebonave e dois veículos aéreos não tripulados do grupo TEKEVER. O exercício contou ainda com várias embarcações de apoio, viaturas de ação logística e equipamentos no terreno.







Fotos legendadas CAB, A. Evans de Pinho

*Cenário do Porto – barreiras de contenção a envolver o navio sinistrado.**Cenário de praia – simulação da remoção de poluente na areia.**Arrojamento de mamíferos com o apoio do Zoomarine.*

Os resultados alcançados foram positivos, tendo-se atingido uma elevada taxa de sucesso em termos dos objetivos previamente estabelecidos para o exercício. A excelente articulação e cooperação alcançadas entre todas as entidades envolvidas constituem, de forma indelével, um dos fatores relevantes de sucesso deste exercício, permitindo criar a necessária confiança nas estruturas que pugnam pela salvaguarda do mar da região do Sotavento Algarvio.

Em suma, a atividade de treino operacional, na qual a AMN empenha o seu pessoal e os seus meios, destina-se a exercitar procedimentos no âmbito das suas atribuições e responsabilidades, para que, no dia em que ocorra um incidente de poluição, a resposta seja pronta e adequada.

Considerando a importância estratégica que o mar dos Açores representa no contexto do turismo, da biodiversidade e das pescas, e não podendo deixar de se considerar os fatores de risco associados ao número de navios que passam nas suas águas, prevê-se que a realização do próximo exercício ocorra em junho de 2018, em Ponta Delgada, na Ilha de S. Miguel, com o objetivo de treinar o dispositivo regional e de promover a necessária articulação entre as várias entidades com responsabilidades nesta área, conforme previsto no PML.



Colaboração da **DGAM**  
**SERVIÇO DO COMBATE À POLUIÇÃO DO MAR**





# UTITA

## UMA UNIDADE DE SAÚDE DIFERENTE

A Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo (UTITA), já com mais de 24 anos de existência e agora na dependência do Hospital das Forças Armadas (HFAR), presta um serviço com características únicas em Portugal.

### ALGUMA HISTÓRIA

Em 1976 a Marinha foi pioneira, a nível mundial, na concepção de um programa de assistência a empregados do tipo «drug screening». Neste contexto, em 1980 foi inaugurado o Laboratório de Análises Fármaco-Toxicológicas da Marinha (LAFTM) e, em 1982, publicada a Directiva sobre o Consumo de Álcool e Drogas na Marinha.

Em 1987 foi criado, a título provisório, no Serviço de Psiquiatria do Hospital da Marinha (HM), uma unidade de reabilitação biopsicossocial, que introduziu, pioneiramente em Portugal, o Modelo Minnesota, impulsionado pela formação técnica de médicos navais no «Naval Drug Rehabilitation Center», na Base Aeronaval de Miramar da US Navy. Fruto dos bons resultados obtidos e da consolidação do modelo proposto, em 1993 foi criada a Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo (UTITA) que passou a ser, desde 1995, um serviço de utilização comum das Forças Armadas.

As características muito próprias deste sistema de tratamento, associadas à utilização pelos três ramos das Forças Armadas, aconselhavam a sua inserção em perímetro não hospitalar autónomo. Assim, foram disponibilizados 106 milhões de escudos pelo «Projecto Vida» para o processo de reinstalação e redimensionamento da UTITA que, no final do ano de 1999, se aquartelou em vivenda cedida pela Base Naval de Lisboa (BNL).

As características muito próprias deste sistema de tratamento, associadas à utilização pelos três ramos das Forças Armadas, aconselhavam a sua inserção em perímetro não hospitalar autónomo. Assim, foram disponibilizados 106 milhões de escudos pelo «Projecto Vida» para o processo de reinstalação e redimensionamento da UTITA que, no final do ano de 1999, se aquartelou em vivenda cedida pela Base Naval de Lisboa (BNL).

Em 2001 salienta-se a assinatura de um protocolo entre o MDN-Marinha e o Ministério da Saúde – através do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência – definindo as normas para o tratamento de doentes vindos do meio laboral civil, nomeadamente a desintoxicação e reabilitação a cargo do HM e UTITA, respetivamente.

No decorrer da atual reforma do sistema de saúde militar, com a criação do Hospital das Forças Armadas (HFAR) em 2014, a UTITA passou a estar inserida na estrutura orgânica deste estabelecimento mantendo, no entanto, a sua localização no Alfeite.

Presentemente os utentes da UTITA compreendem militares e militarizados das Forças Armadas, bem como elementos das Forças de Segurança e, na capacidade sobrança, utentes civis que recorrem aos seus serviços a título particular ou a partir de entidades protocoladas.

### A DOENÇA (Tirado de folheto informativo da UTITA)

A adição é uma doença crónica e progressiva que se não for tratada a tempo pode ser fatal. Afeta o indivíduo em todas as vertentes do funcionamento biopsicossocial, gerando implicações e perturbações nas áreas físico, emocional e social.

Esta doença (adição) caracteriza-se pela falta de controlo do indivíduo sobre as substâncias e/ou comportamento.

Alguns dos principais sintomas da doença são a obsessão, compulsão, perda de controlo e negação.

A UTITA apresenta-se como um recurso disponível no processo de reconhecimento e tratamento da doença aditiva, promovendo a adoção de um estilo de vida saudável.

### MISSÃO DA UTITA

Contribuir para a prevenção e assegurar o tratamento de reabilitação biopsicossocial dos militares e civis com dependência de substâncias ou outros comportamentos aditivos. Esta missão compreende três vetores de atuação, habitualmente designados por:

– *Prevenção Primária*: Compreende medidas de apoio às Unidades, Estabelecimentos e Órgãos militares no âmbito da educação, formação, treino e aconselhamento para a problemática da adição.

– *Prevenção Primária*: Compreende medidas de apoio às Unidades, Estabelecimentos e Órgãos militares no âmbito da educação, formação, treino e aconselhamento para a problemática da adição.



Fotos ISAR A. Ferreira Pinto





– *Prevenção Secundária*: Compreende o tratamento na UTITA, suportado por um programa de reabilitação em internamento, designado por Programa Residencial Intensivo.

– *Prevenção Terciária*: Compreende o seguimento clínico dos militares tratados, procurando assegurar a abstinência de consumo de substâncias psicoativas ou outros comportamentos aditivos.

Para além dos aspetos referidos, a UTITA encontra-se integrada em diversos projetos conjuntos, em parceria com estruturas e organizações do meio militar e civil, intervindo nos âmbitos da educação, prevenção, formação técnica e investigação clínica.

## A UTITA DE HOJE

Quem já visitou unidades de saúde vocacionadas para o tratamento de adições irá certamente verificar que na vivenda da UTITA, em plena BNL, se vive e respira um conceito diferente. Deparamo-nos com uma pequena unidade onde tudo tem o seu lugar próprio, os gabinetes de consulta, o salão de reuniões e *briefings*, as camaratas amplas, bem equipadas e ergonómicas, a sala de convívio tipo câmara de navio, um refeitório de recorte familiar, num local rodeado por denso arvoredo e isolado do mundo exterior. Os doentes circulam em permanente atividade, funcionando em equipa, sempre ocupados com tarefas, integrados num cuidadoso programa planeado para a sua recuperação.

Para o cumprimento da sua missão, a UTITA dispõe de uma equipa multidisciplinar de profissionais, que intervêm nas seguintes áreas:

- Medicina – psiquiatria e outras especialidades
- Psicologia clínica
- Aconselhamento em adição
- Enfermagem
- Apoio espiritual por capelão militar
- Educação física

Aos doentes, durante as quatro semanas do período do internamento, é-lhes explicada a doença sendo, neste âmbito, alvos de intervenção psicológica e psicoterapêutica. Como elementos fundamentais do programa de reabilitação salientam-se ainda as aulas de educação física, realizadas no Centro de Educação Física

da Armada (CEFA), bem como as reuniões no exterior, no final do dia, com grupos de Alcoólicos Anónimos (AA) e Narcóticos Anónimos (NA).

Nos seis meses seguintes após o internamento, o doente irá frequentar semanalmente, na UTITA, o Grupo de Prevenção de Recaída, em regime ambulatorio. Após um mês de internamento e seis de ambulatorio, o doente terá alta clínica do programa de tratamento mantendo, no entanto, um vínculo à instituição, caso seja justificado, ou sempre que sinta necessidade.

A taxa de sucesso dos programas residenciais é elevada, podendo afirmar-se com segurança que a UTITA dispõe de um processo terapêutico vocacionado para doentes em meio laboral, com características únicas em Portugal.

Aqui fica o testemunho de um doente: “Como consequência dos meus consumos tinha a minha vida ingovernável, já não me reconhecia. Na UTITA recuperei a liberdade de escolha, de viver com limites saudáveis. Hoje sinto-me grato, tenho a minha vida de volta. José.”

## CERIMÓNIA DE DESPEDIDA

No final das quatro semanas os doentes plantam, junto à horta exterior, uma árvore, enterrando ao mesmo tempo um manuscrito de papel com uma palavra ou frase que simbolize um recomeço na sua história de vida. Terminam numa significativa cerimónia em círculo, de mãos dadas com os técnicos de saúde, lendo a “Oração da Serenidade”, cujo texto está gravado numa medalha, a ser distribuída aos doentes, que deverão ter sempre consigo nas horas de maior dificuldade:

*“Concedei-me a Serenidade para aceitar as coisas que não posso modificar. Coragem para modificar aquelas que posso, e Sabedoria para distinguir umas das outras.”*

## PROTOCOLO COM A REPÚBLICA DE CABO VERDE

Integrado no Programa de Intercâmbio de Militares da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para Formação e Investigação em Saúde Militar, a UTITA recebeu em 2017 dois militares da República de Cabo Verde, o Psicólogo Capitão Filomeno Duarte e o Enfermeiro 1º Tenente Rolando Monteiro que frequentaram o Curso de Doenças de Adição, de oito semanas, em dois módulos: Curso de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependência (COPATD), e formação específica na UTITA. Segundo apurou a R.A. junto daqueles técnicos de saúde do país irmão, foi salientada a importância das duas experiências, sobretudo na perceção, no COPATD, do conceito do alcoolismo como uma doença, e ainda da validade do Modelo Minnesota, que desejam ver aplicado em Cabo Verde.



**Abel Melo e Sousa**  
CFR REF

(Com a colaboração da **UTITA**)



# OS VIKINGS EM POR

## A PROPÓSITO DE UMA EXPOSIÇÃO NO MUSEU DE MARINHA

### OS VIKINGS

Vindos da península da Escandinávia e de alguns pontos da actual Dinamarca, onde se organizavam em povoações independentes umas das outras, embora partilhando a língua e a religião, os vikings (ou normandos, i.e. “homens do Norte”) começaram a assolar as costas do Norte da Europa a partir do século VIII. Os longos e frios invernos, o solo pobre e alguns problemas de sobrepopulação tê-lo-ão levado a ganhar a vida no saque de aldeias e mosteiros nas prósperas terras mais a Sul. Inicialmente conduzidas por chefes tribais, estas incursões, mercê das riquezas e do prestígio obtidos pelos seus participantes, foram, pouco a pouco, passando para a tutela de príncipes ou mesmo de reis.

A origem do termo *viking* é algo controversa, uma vez que tem semelhança com várias palavras da antiga língua nórdica. Supõe-se que, em geral, fosse utilizado para designar uma expedição guerreira, podendo constituir, na boca dos atacantes, uma exclamação de incitamento ao saque.



Ataque dos Vikings (pergaminho de 919). Notar que não usam os capacetes corneados que a tradição romântica lhes atribui.

Mas a pilhagem não foi a sua única actividade. Migrações de comunidades inteiras, buscando uma vida melhor em terras mais férteis e de clima mais ameno, mostraram a sua faceta de exploradores e colonizadores. Foi este espírito aventureiro que os levou, entre os séculos IX e X, a contornar a Europa pelo Sul e a entrar pelo estreito de Gibraltar, ao mesmo tempo que subiam os maiores rios europeus, ligando pelo interior do continente o Báltico ao Mar Negro, de onde saíram para o Mediterrâneo e chegaram à corte bizantina, fechando, assim, uma verdadeira circum-navegação da Europa. Do mesmo modo, aventuraram-se pelo Atlântico utilizando instrumentos de navegação rudimentares, tendo chegado à Islândia e, daí, à Gronelândia e à Terra Nova (Canadá), sendo, hoje em dia, reconhecidos como os primeiros europeus a chegar à América.

Colonizaram a Rússia e chegaram a dominar boa parte da Grã-Bretanha. Também se estabeleceram no Norte de França, onde, por cedência do rei francês, fundaram o ducado da Normandia. Desta última colónia partiram à conquista da Inglaterra (1066) e da Sicília/Nápoles (1139), de cujas coroas tomaram posse, dando ali início a dinastias normandas.

Os seus robustos e ágeis navios de fundo achatado, impulsionados à vela e a remos, podiam explorar as costas mais recortadas, chegar a zonas de fundos baixos e varar nas praias, podendo também subir os rios e até serem carregados por terra nos troços não navegáveis

(eventualmente recorrendo a versões mais ligeiras, trazidas a reboque de navios maiores durante a viagem por mar). A proa e a popa (muito levantadas) praticamente simétricas permitiam-lhes inverter o rumo, sem necessidade de guinar, em zonas confinadas (o leme, constituído por uma espécie de remo era facilmente amovível). Os navios de guerra, muito afilados e com proa em forma de cabeça de dragão, eram designados por *drakkars*, enquanto os de comércio, mais bojudos, tinham o nome de *Knorr* (o que não impedia o duplo uso de alguns deles, já que, naqueles tempos, a guerra e o comércio não eram forçosamente incompatíveis). Conhecemo-los das representações em pinturas e baixos-relevos medievais (cujo rigor é habitualmente muito reduzido), mas, sobretudo, dos seus monumentos funerários, pois tinham o hábito de sepultar os chefes, com as respectivas armas, dentro dos “seus navios” (utilizamos as aspas pelo facto de muitos dos navios – profusamente decorados – deixados nas sepulturas serem meramente cerimoniais).

O panteão nórdico era composto de deuses ferozes, encabeçados por Odin, deus da Guerra, e pelo seu filho Thor, deus do Trovão. Aos bravos tombados em combate era prometida uma eternidade de gloriosas batalhas no paraíso mítico do *Valahala*. No entanto, apesar do seu carácter implacável, os vikings eram extremamente hospitaleiros em relação aos forasteiros (não obstante alguns hábitos sociais pouco higiénicos que decerto terão chocado os visitantes). Cristianizados a partir do século X, viram as suas terras, por essa altura, submetidas à autoridade reforçada e centralizadora dos reis da Noruega, da Suécia e da Dinamarca, que encontraram no cristianismo um importante factor de legitimação do poder real.

### OS VIKINGS NA PENÍNSULA IBÉRICA

Terá sido em 844 que os vikings chegaram, pela primeira vez, às costas ibéricas, então dominadas pelos sarracenos (por eles conhecidos como “homens negros”). Nesta expedição, registaram-se ataques a Santiago de Compostela, a Lisboa e a Sevilha, onde os assaltantes, entregues à pilhagem, foram surpreendidos por reforços enviados de Córdova por Abderraman II. Num primeiro combate, os vikings perderam cerca de 500 homens e quatro navios. Perseguidos pelos vencedores viriam a perder mais 30 navios, além de terem sofrido elevado número de prisioneiros (posteriormente executados).

A segunda expedição, ocorrida entre os anos 859 e 862, viu novos raides às costas da Galiza, de Portugal (ainda não existente como





# PORTUGAL

país) e da Andaluzia, tendo prosseguido pelo Mediterrâneo, com ataques às ilhas Baleares e a Pamplona, após subida do rio Ebro e de alguns afluentes. Depois de invernar em França, atingiram a cidade italiana de Luna, que pilharam antes de iniciar o regresso.

Entre 966 e 971, a Galiza foi alvo de repetidas incursões oriundas da Normandia, a maior das quais chegou a incluir 100 navios. No início do século XI, a cidade de Tuy foi incendiada e o seu bispo raptado para obtenção de resgate. Esta razia foi conduzida pelo príncipe Olaf Haraldsson, que viria a tornar-se rei da Noruega e, posteriormente, canonizado pela Igreja por ter convertido o seu povo ao Cristianismo.

Durante o século XII registaram-se várias expedições, sobretudo orientadas para o Sul, sob domínio muçulmano, o que não terá, porém, evitado alguns “acidentes” em zonas de implantação cristã. Uma das últimas foi conduzida pessoalmente pelo rei Sigurd I Magnusson da Noruega, que viajava, como cruzado, para a Terra Santa (1108-1109). Na sua passagem pela costa portuguesa, a sua frota capturou seis galés sarracenas e pilhou os arredores de Lisboa. Terá tomado, ainda, o Castelo dos Mouros, em Sintra, após a subida da Ribeira de Colares (na altura, possivelmente, menos assoreada).

Quatro décadas mais tarde, cruzados normandos ajudariam D. Afonso Henriques a conquistar Lisboa. E, em 1447, o dinamarquês Abelhart (ou Valarte) tornar-se-ia o primeiro estrangeiro concessionado (a seu pedido) pelo Infante D. Henrique (e também o primeiro nórdico a navegar para Sul do Bojador), ao chegar, juntamente com o português Fernando Afonso, uma expedição à costa da Gâmbia, onde viria a encontrar a morte.

## VESTÍGIOS EM PORTUGAL

Na primeira metade do século XI, os normandos entraram em relações amigáveis, de natureza comercial, com os povos do Noroeste da Península, incluindo o litoral portugalense, daí tendo, provavelmente, resultado alguns ensinamentos relativos a técnicas de navegação atlântica, eventualmente acompanhados de coloridos relatos de viagens que decerto terão excitado a imaginação das audiências. É, assim, possível que a vocação marinheira portuguesa tenha sido, em boa parte, estimulada pelas visitas destes povos do Norte.

Uma interessante marca deste intercâmbio está nos capitéis de duas colunas da capela-mor da igreja românica de S. Cristóvão de Rio Mau (Vila do Conde, séc. XI), que representam navios normandos (ou deles derivados). Mas também podemos encontrar vestígios na construção de algumas embarcações de pesca da nossa costa ocidental, cujo



Embarcações tradicionais (arte da Xávega)




Navio de Oseberg (Museu de Oslo)

fundo chato e proa/popa levantadas apresentam grandes afinidades com os *drakkars* vikings.

Na onomástica portuguesa figuram, ainda, alguns nomes de origem escandinava, como Igor, Valquíria, Telma, Ilda ou Valdemar, embora nos tenham chegado, maioritariamente, por via germânica. Também é de referir a reminiscência de alguns termos náuticos de origem nórdica – embora a sua transmissão tenha sido feita por via franco-neerlandesa – como é o caso de “estibordo”, derivado da expressão *styri bord*, ou seja, o bordo em que se encontrava o leme (de pá), normalmente do lado direito do navio para melhor manuseamento<sup>1</sup>.

Registe-se, por fim, o facto de duas infantas portuguesas terem sido rainhas da Dinamarca: Berengária, filha de D. Sancho I, que, em 1214, desposou o rei Valdemar II, e Leonor, filha de D. Afonso II, que, em 1229, casou com o filho homónimo do referido Valdemar. Estes casamentos terão tido como principal objectivo o reforço do comércio com o Norte da Europa, na sequência do estabelecimento de mercadores portugueses em Bruges (1184) e na Inglaterra (a partir de 1203), relações que se viriam a revelar de fundamental importância para consolidar o recém-fundado reino de Portugal. O tempo dos vikings era já uma mera recordação, mas os seus descendentes receberam, deste modo, um pouco de sangue português.

 **Moreira Silva**  
CFR

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

### Nota

<sup>1</sup> Já o bordo oposto era aquele pelo qual se atracava e por onde se carregava o navio, motivo pelo qual os anglo-saxónicos o designam por *port*. No caso português, a palavra “bombordo” não tem relacionamento directo com o termo nórdico correspondente, que é *ladebord* (i.e. bordo da carga). Possivelmente derivará de *bakbord*, que se refere à zona posterior do navio e que terá dado também origem ao equivalente francês (*babord*).

### Bibliografia

CONSELHO EUROPEU, *Destination Viking – The Legacy of the Vikings*, [www.destinationviking.com/routes/viking-routes](http://www.destinationviking.com/routes/viking-routes)

CORTESÃO, Jaime, *Os Descobrimentos Portugueses* (prefácio de Henrique Leitão e posfácio de João Paulo Oliveira e Costa), 8 vols., edição exclusiva do Expresso, Lisboa, Alêtheia Editores, Março de 2016

COSSERON, Serge (ed.), *História do Mundo*, Vol. 6 (*No Tempo dos Castelos Fortes*), ed. Portuguesa, Lisboa, Reader's Digest, 1998

LUQUE, Jose Manuel Mates, “The Vikings in the Iberian Peninsula: questions to ponder”, *Viking Heritage*, n.º 3, Visby, Universidade de Gotland, 1998



# PRINCÍPIOS DE DIREITO MARÍTIMO

## OS ACONTECIMENTOS DE MAR

Os acontecimentos de mar são, indubitavelmente, uma das matérias nucleares do direito marítimo. Se quisermos fazer uma interpretação literal da expressão “acontecimentos de mar”, poderíamos ser levados a concluir que se refere a qualquer evento que ocorra no mar e que tenha consequências para a navegação marítima ou para as atividades que possam ser realizadas no mar.

No entanto, o nosso ordenamento jurídico, no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 384/99, de 23 de setembro<sup>1</sup>, define acontecimento de mar como *“todo o facto extraordinário que ocorra no mar, ou em águas sob qualquer jurisdição nacional, que tenha causado ou possa causar danos a navios, engenhos flutuantes, pessoas ou coisas que neles se encontrem ou por eles sejam transportadas”*.<sup>2</sup>

Da presente definição resulta que os acontecimentos de mar:

– Decorrem de factos extraordinários, factos esses que se diferenciam dos atos comuns resultantes da normal utilização do mar;

– Os mencionados factos têm que ocorrer em águas sob jurisdição de um qualquer Estado ou em alto mar. Logo, uma greve dos trabalhadores portuários, que poderá ser considerado um facto extraordinário que pode provocar danos ao navio e respetiva carga, não será um acontecimento de mar pois acontecerá em terra;

– Desses factos têm que resultar danos em navios ou em engenhos flutuantes, bem como em pessoas ou coisas que neles se encontrem ou que por eles sejam transportados. Uma condição para ser considerado acontecimento de mar é existirem danos, podendo estes corresponder à avaliação concreta dos efeitos da lesão no âmbito do património do lesado.

Os acontecimentos de mar que a lei enumera, a título mera-

mente exemplificativo, são (n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 384/99, de 23 de setembro): a tempestade; o naufrágio; o encalhe; a varação<sup>3</sup>; a arribada, voluntária ou forçada<sup>4</sup>; a abalroação, a simples colisão ou toque<sup>5</sup>; o incêndio; a explosão; o alijamento ou o simples aligeiramento<sup>6</sup>; a pilhagem<sup>7</sup>; a captura; o arresto; a detenção; a angária; a pirataria; o roubo ou o furto; a barataria<sup>8</sup>; a rebelião; a queda de carga; as avarias particulares do navio ou da carga, bem como as avarias grossas<sup>9</sup>; a salvação<sup>10</sup>; a presa; o ato de guerra ou de facto, reconhecido ou não reconhecido, e, em geral, por todos os factos e acidentes de guerra<sup>11</sup>; a violência de toda a espécie; a mudança de rota, de viagem ou de navio; a quarentena<sup>12</sup>; e, em geral, todos os acidentes ocorridos no mar que tenham por objeto o navio, engenhos flutuantes, pessoas, cargas ou outras coisas transportadas a bordo.

Face à definição legal apresentada, importa diferenciar os acontecimentos de mar de outras figuras existentes. Assim, é já de afastar como sinónimo de acontecimentos de mar os “sinistros marítimos”, expressão esta que está associada a acidentes relevantes no campo dos seguros. Veja-se o disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 64/2005, de 15 de março, diploma que regula a remoção de destroços de navios encalhados e afundados, que fala de “sinistros marítimos e de outros acontecimentos de mar”. Logo, os sinistros estão associados a acidentes, sendo relevante em matéria de seguros.

Por sua vez, o Regulamento Geral das Capitánias (RGC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 265/72, de 31 de julho, refere-se, nos respetivos artigos 166.º e 167.º, a sinistros marítimos. Em bom rigor, somos da opinião que as mesmas disposições legais se deveriam referir a acontecimentos de mar, uma vez que, a título de exemplo, a existência de um surto epidémico



Embarcação Carmen Filomena



a bordo que implique a quarentena de um navio, não é uma situação de sinistro, mas que implica a intervenção das autoridades, nos termos do artigo 167.<sup>o</sup>, mas ter-se-á que levar em boa conta que, conceptualmente, o RGC de 1972 segue o léxico maritimista que já estava em uso no Decreto de 1 de Dezembro de 1892 (o anterior regulamento de Organização dos Departamentos Marítimos e das Capitanias dos Portos) que, no seu artigo 7.<sup>o</sup>, se referia a sinistros.

Por outro lado, por vezes também é utilizada como sinónimo de acontecimento de mar a expressão “fortunas de mar”, a qual consta do artigo 604.<sup>o</sup> do Código Comercial. Mas tal como o sinistro marítimo, também a fortuna de mar está mais relacionada com situações de acidentes marítimos e de previsão e/ou avaliação de perdas e danos.

Vista a qualificação dos acontecimentos de mar, importa, agora, fazer-se menção ao relatório de mar, documento de elevada importância para a averiguação de todas as circunstâncias em volta do acontecimento, das causas que o originaram e das eventuais responsabilidades imputáveis a cada um dos intervenientes ou interessados.

Desta forma, o artigo 14.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.º 384/99, de 23 de setembro, dispõe que “*após a ocorrência de um acontecimento de mar, o capitão ou quem exerça as funções de comando deve elaborar um relatório de mar onde seja descrito pormenorizada-mente o ocorrido*”.

No que concerne ao respetivo conteúdo, o relatório de mar deve conter a descrição de todos os elementos úteis que caracterizem o acontecimento de mar, nomeadamente: a identificação e qualidade do subscritor; os elementos identificadores e características técnicas do navio; identificação dos proprietários, armadores, afretadores, seguradores, carregadores, lesados e credores; indicação do local ou área geográfica onde se verificou o acontecimento; descrição pormenorizada dos antecedentes, da sequência dos factos, das consequências e das eventuais causas do acontecimento; e, ainda, a identificação das testemunhas e de outros meios de prova.

O mencionado relatório deverá ser apresentado à autoridade marítima ou consular, com jurisdição no primeiro porto de escala onde essa autoridade exista. Com efeito, a alínea f) do n.º 2 do artigo 13.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, estipula que compete ao capitão do porto, no exercício das funções de autoridade marítima, “*receber os relatórios e protestos de mar apresentados pelos comandantes das embarcações nacionais, comunitárias e de países terceiros e proceder à respetiva instrução processual*”.

O prazo para a apresentação do relatório está fixado em 48 horas, contado a partir do momento em que o navio atracar ou fundear<sup>13</sup>. Se não for cumprido este prazo, o relatório continua a poder ser apresentado, mas não pode ser confirmado pela autoridade marítima<sup>14</sup>. Ou seja, neste caso, a autoridade marítima deve proceder às necessárias investigações, mas não pode confirmar o relatório, devendo referir esse mesmo facto nas conclusões que lavre no mesmo<sup>15</sup>.

Enquanto o procedimento de confirmação do relatório não estiver concluído, não pode iniciar-se a descarga do navio, salvo em situações de urgência e a autorização para tal tiver sido concedida pela autoridade competente para a confirmação.

Finalmente, a autoridade marítima ou consular que recebe o relatório de mar deve investigar, com caráter de urgência, a veracidade dos factos relatados, inquirindo os tripulantes e testemunhas arroladas ao processo, recolhendo informações e outros meios de prova tidos por convenientes para comprovar os factos relatados. Realça-se que nenhum tripulante ou passageiro se pode recusar a prestar depoimento feito sob a forma de auto de declarações<sup>16</sup>.

Em próximos artigos, iremos abordar o regime jurídico de alguns dos acontecimentos de mar mencionados anteriormente.



**Miguel Júde Pargana**  
CFR AN

ASSESSOR JURÍDICO AO ALMIRANTE CEMA E AMN

#### Notas

<sup>1</sup> Diploma que aprovou o regime jurídico da tripulação do navio.

<sup>2</sup> Contudo o nosso ordenamento jurídico faz referência aos acontecimentos de mar noutros diplomas, tais como, a título de exemplo, no artigo 1.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.º 64/2005, de 15 de março, ou no artigo 15.<sup>o</sup> do decreto-Lei n.º 349/86, de 17 de outubro.

<sup>3</sup> Ato pelo qual se promove o encalhe propositado do navio, promovido com o propósito de se evitar mal maior à embarcação, à carga e às vidas a bordo.

<sup>4</sup> Consiste em ser-se obrigado a entrar num porto e fazer uma escala não programada por motivo de força maior. O artigo 654.<sup>o</sup> do Código Comercial apresenta as seguintes legítimas causas de arribada forçada: a falta de víveres, aguada ou combustível; o temor fundado de inimigos; qualquer acidente que inabilite o navio de continuar a navegação.

<sup>5</sup> No nosso ordenamento jurídico não existe uma definição expressa de abaloamento. Sabemos, no entanto, que consiste na colisão de dois ou mais navios, independentemente do movimento dos mesmos, que podem estar fundeados ou a navegar.

<sup>6</sup> Atirar ou deitar fora carga para aliviar o peso do navio.

<sup>7</sup> Também chamada de saque, é o furto ou roubo indiscriminado de bens alheios como parte de uma vitória política ou militar, ou no decorrer de uma catástrofe ou tumulto, como numa guerra ou num desastre natural.

<sup>8</sup> Faltas, ligeiras ou graves, intencionais ou meramente culposas, do capitão, da tripulação e dos próprios passageiros, sempre que, quanto a estes, elas reflitam ou envolvam a responsabilidade do próprio capitão.

<sup>9</sup> Conforme o disposto no parágrafo 2.<sup>o</sup> do artigo 635.<sup>o</sup> do Código Comercial, são avarias simples ou particulares as despesas causadas e o dano sofrido só pelo navio ou só pelas fazendas. Já por avarias grossas ou comuns o parágrafo 1.<sup>o</sup> do artigo 635.<sup>o</sup> do Código Comercial, entende serem todas as despesas extraordinárias e os sacrifícios feitos voluntariamente pelo capitão ou por sua ordem, com o fim de evitar um perigo, para a segurança comum do navio e da carga desde o seu carregamento e partida até ao seu retorno e descarga.

<sup>10</sup> Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 1.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.º 203/98, de 10 de julho, salvação marítima é todo o ato ou atividade que vise prestar socorro a navios, embarcações ou outros bens, incluindo o frete em risco, quando em perigo no mar.

<sup>11</sup> O parágrafo 2.<sup>o</sup> do artigo 604.<sup>o</sup> do Código Comercial apresenta os seguintes atos de guerra: hostilidade, represália, embargo por ordem de potência, presa e violência de qualquer espécie, feita por Governo amigo ou inimigo, de direito.

<sup>12</sup> A quarentena humana é uma medida de saúde pública destinada a conter surtos epidémicos ou a evitar que um determinado agente infeccioso atinja um território ou grupo social. As práticas de quarentena podem ser: impedir o desembarque de tripulantes ou passageiros de um navio; colocar em “prisão” domiciliar os doentes e/ou os familiares de pessoas que manifestem determinado quadro clínico; ou, ainda, o internamento hospitalar compulsivo de doentes.

<sup>13</sup> No caso de existir perda total do navio, o prazo conta-se desde a data da chegada do capitão ou de quem o substitua.

<sup>14</sup> A confirmação do relatório é importante pois, em conformidade com n.º 7 do artigo 15.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.º 384/99, de 23 de setembro, os factos constantes do relatório de mar confirmado presumem-se verdadeiros, salvo prova em contrário.

<sup>15</sup> Se o fizer indevidamente, essa mesma confirmação deverá ser nula.

<sup>16</sup> Conforme o n.º 3 do artigo 15.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.º 384/99, de 23 de setembro.

## ENTREGAS DE COMANDO/TOMADAS DE POSSE

### DIRETOR DE NAVIOS

No passado dia 9 de janeiro decorreu na Direção de Navios a cerimónia de tomada de posse do novo Diretor de Navios, CALM EMQ Ramos Borges, em substituição do CALM EMQ Garcia Belo. A cerimónia foi presidida pelo Superintendente do Material, VALM Rocha Carrilho, e contou com a presença de antigos Diretores de Navios e de representantes de várias unidades que quiseram acompanhar este momento, para além da guarnição da Direção de Navios.

Após a leitura da ordem, o Diretor de Navios empossado, CALM EMQ Ramos Borges, usou da palavra realçando: *A Direção de Navios deve saber responder aos desafios que lhe são lançados pelas comunidades operacionais, nomeadamente nas áreas do Comando Naval e da Autoridade Marítima Nacional no que respeita à manutenção dos meios navais. De igual forma, essas mesmas comunidades devem respeitar as orientações técnicas emanadas da autoridade técnica, em matérias que abrangem a manutenção, a conservação e a configuração das plataformas.*



Foto Sá Cortes

De seguida o VALM Superintendente do Material proferiu um discurso. A cerimónia terminou com a apresentação de cumprimentos individuais ao novo Diretor de Navios.

O CALM Engenheiro Maquinista Naval Luís Manuel Ramos Borges ingressou na Escola Naval (EN) em 1977. Foi promovido ao atual posto a 4 de dezembro de 2017.

Ao longo da sua carreira prestou serviço em diversas unidades navais, nomeadamente nos NRP *João Belo, Augusto Castilho, Oliveira e Carmo, Vasco da Gama e Corte Real*. Entre 1993 e 1996 exerceu funções na Direção de Navios como chefe de secção de Sistemas de Propulsão. Foi professor efetivo da EN para a área Científica de Máquinas e Sistemas Marítimos e em 2004 foi nomeado Coordenador do Departamento de Formação de Engenheiros Navais – Ramo Mecânica.

Em 2005 foi Diretor de Transportes da Marinha, cargo que exerceu até 2009. Após frequentar o Curso de Promoção a Oficial General 2009/10 no IESM exerceu entre 2010 e 2013 o cargo de Chefe de Departamento de Inspeção e Auditoria da Área Operacional da Inspeção-Geral da Marinha, tendo acumulado com a Área de Recursos e a Chefia do Gabinete do Inspetor-Geral entre 2013 e 2014.

Em 2015 foi nomeado Diretor de Infraestruturas, cargo que exerceu até ao início de 2018.

Da sua folha de serviços constam diversos louvores e condecorações.

### DIRETOR DE INFRAESTRUTURAS

Em 5 de janeiro, presidida pelo VALM Rocha Carrilho, Superintendente do Material, realizou-se no seu Gabinete a cerimónia de tomada de posse do novo Diretor de Infraestruturas COM ECN Carlos Alberto Lopes Moreira. Assistiram à cerimónia ex-Diretores de Infraestruturas, assim como outros oficiais gerais e superiores, oficiais, sargentos, praças e civis a prestar serviço na Direção de Infraestruturas (DI) e em outras unidades da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional.

O novo Diretor usou da palavra referindo a missão e as inúmeras obras em curso e em estudo na DI e dirigiu-se às unidades com que a DI mais interage, nomeadamente às Direções do setor do material, do pessoal, das tecnologias de informação e das finanças, no sentido de continuar a unir esforços com vista a assegurar as missões de todos e consequentemente da Marinha. Ao dirigir-se à guarnição da DI, começou por evocar um pensamento do Padre António Vieira, *Somos o que fazemos. Nos dias em que fazemos, realmente existimos; nos outros apenas duramos.*, e manifestou ainda, contar com a sua *disponibilidade, saber e profissionalismo* para juntos continuarem a *fazer obra no futuro, tendo sempre presente o enquadramento legal, os valores e os objetivos institucionais estabelecidos na Diretiva de Planeamento da Marinha e na respetiva documentação setorial a jusante.*



Fazendo uso da palavra, o VALM SM salientou os valores que deverão nortear a atuação do novo Diretor e de todos os que prestam serviço na DI: *...Rigor, Resiliência e Robustez...* e referiu *o encargo pesado e em andamento acelerado, com muitas obras em curso e que urge terminar...* e a necessidade de dar continuidade a *uma gestão rigorosa, flexível e criativa, mas não imaginativa.*

O Comodoro Engenheiro Construtor Naval Lopes Moreira ingressou na Escola Naval (EN) em 1982 e foi promovido ao atual posto em 28 de novembro de 2017.

Esteve embarcado em diversas unidades navais tendo sido Oficial Imediato do NRP *Mandovi* durante mais de dois anos, até final de 1989. Após aprovado com o *Master of Science in Naval Architecture* obtido no *University College of London* da *University of London*, prestou serviço na ex-Direção-Geral do Material Naval e posteriormente, na Direção de Navios onde trabalhou em inúmeros estudos e projetos no âmbito da construção naval. Destaca-se o Projeto dos Navios Patrulha Oceânicos (NPO) onde entre 2000 e 2005, desempenhou as funções de Membro da Equipa

de Projeto e de Presidente do Grupo de Acompanhamento de Construção. Entre 2005 e 2013 viria ainda a desempenhar funções como Chefe da Missão de Acompanhamento e Fiscalização. Nestas últimas funções foi o gestor, em nome do Estado, do contrato para a construção dos NPO.

De 2013 a 2016, desempenhou ainda as funções de Subdiretor da Direção de Navios.

Após frequentar o Curso de Promoção a Oficial General 2016/17 no IUM continua, desde setembro de 2017, a assessorar o VALM Superintendente do Material no que respeita à modernização do NRP *Sagres*.

Da sua folha de serviços constam diversos louvores e condecorações.





## ACADEMIA DE MARINHA

# ENTREGA DO PRÉMIO “ALMIRANTE SARMENTO RODRIGUES” / 2017

**E**m 27 de fevereiro teve lugar a cerimónia de entrega do Prémio “Almirante Sarmiento Rodrigues” / 2017, e a apresentação da obra premiada, “Roteiros e rotas portuguesas do Oriente nos séculos XVI e XVII”, da autoria do Académico Jorge Semedo de Matos.

Após agradecer a presença do Almirante CEMA e AMN, António Silva Ribeiro, nas vésperas de deixar o comando da Marinha, o Presidente da Academia, Almirante Francisco Vidal Abreu, referiu no seu discurso que “foi com gosto que o recebemos nesta ocasião e que a presença do Chefe do Estado-Maior da Armada dá a devida solenidade a esta sessão, na continuidade de uma já longa tradição, assim honrando o fundador desta Academia, exímio marinheiro, administrador, político, diplomata e, acima de tudo, um visionário. (...) aproveitando a oportunidade para, em nome da Academia de Marinha, lhe desejar bons ventos para os próximos anos em que irá desempenhar as altíssimas funções de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas”.

Relativamente ao prémio “Almirante Sarmiento Rodrigues”, de âmbito internacional e atribuído nos anos ímpares, é destinado a impulsionar e a dinamizar a pesquisa, a investigação científica e o estudo da História das atividades marítimas dos Portugueses, honrando assim a memória do seu patrono, primeiro presidente desta Academia e fundador do Centro de Estudos de História Marítima em 1969, que esteve na sua génese.

O Presidente agradeceu também aos membros do júri do prémio o apoio dado à Academia de Marinha, pelo trabalho de análise e avaliação das 11 obras concorrentes. Para além do prémio já referido, foi atribuída uma menção honrosa à obra “Jornal da Marinha: Chefias, mudanças, permanências e desempenhos nos últimos 180 anos”, da autoria do Académico João Moreira Freire.

Terminada a cerimónia de entrega dos diplomas, o premiado, Comandante Semedo de Matos, apresentou a sua obra “Roteiros e rotas portuguesas do Oriente, nos séculos XVI e XVII” como sendo um projeto que nasceu há muitos anos atrás, quando ainda frequentava o mestrado em “História dos Descobrimentos”.

O autor da obra referiu que podemos encontrar nos textos dos Roteiros a preocupação na forma como descreve a rota, os perigos e os momentos que ali viveu o piloto, explicando os procedimentos, as recomendações sobre a navegação, no fundear durante a noite, as características dos fundos, das concheções, sejam elas de terra ou do próprio oceano e os aspetos meteorológicos relevantes.

Por fim, salientou que “estes roteiros falam de fundos, sujos, sujeitos e limpos, claros ou escuros; de águas amassadas e arvoredos esfarrapados; ilhas escalvadas, com montanhas que parecem montes de trigo, selas, duas irmãs, capelos de frade, ou orelhas de lebre; descrevem promontórios altos que vêm beber ao mar. Mostram-nos uma linguagem própria dessa gente do mar de outros tempos, uma linguagem simples que recorre ao seu próprio quotidiano e à sua vivência para descrever os acidentes geográficos das suas rotas, uma linguagem que talvez não esteja de todo desaparecida das nossas póvoas e comunidades piscatórias, ainda hoje. Uma linguagem que achei fascinante”.



Fotos: ISAR, ETC, Silva Parracho



A terminar, o Almirante CEMA e AMN, António Silva Ribeiro, usou da palavra para se despedir da Academia, na qualidade de Comandante da Marinha, e também para enaltecer os feitos de enorme significado deixados pelo patrono do prémio, Almirante Sarmiento Rodrigues.



José dos Santos Maia  
SAJ

## VIAGEM DE INSTRUÇÃO

# CURSO “JORGE ÁLVARES”

A viagem de instrução de um dos grupos de cadetes do curso “Jorge Álvares”, do 3º ano da Escola Naval, iniciou-se com a apresentação a bordo ao Comandante do NRP *João Roby*, CTEN Brazuna Ranhola, em 22 de junho de 2017, sendo que a bordo seguiram 24 cadetes, dos quais 4 de nacionalidade angolana e 1 de nacionalidade moçambicana, acompanhados pelo CMG Costa Canas, com funções de Diretor de Instrução.

O navio largou nesse dia pelas 16h00 da Base Naval de Lisboa (BNL), iniciando a sua missão de busca e salvamento (SAR) no continente, sendo que, durante os próximos 29 dias de missão, o principal objetivo era assegurar a fiscalização e monitorização dos espaços marítimos sob jurisdição nacional e a salvaguarda da vida humana no mar, contribuindo, simultaneamente, na formação marinheira e naval dos alunos embarcados.

Desde o primeiro dia de viagem, que os cadetes tiveram um programa variado de palestras sobre os serviços e atividades de bordo, com o objetivo de conhecerem profundamente as normas de segurança e as atividades desempenhadas pelo navio e sua guarnição. Além de integrarem as rotinas diárias de bordo, com especial incidência na condução da navegação, foi também proposto aos cadetes a realização de *briefings* diários ao Comando do navio, onde além de apresentarem uma análise das atividades realizadas e das atividades futuras, teriam que apresentar dados relevantes para o cumprimento da missão e execução da manobra e navegação. Com estas apresentações, pretendeu-se que os alunos possuíssem um conhecimento mais profundo sobre a plataforma, a missão e o meio envolvente, contribuindo assim com dados importantes para a tomada de decisão. No final, os cadetes puderam também desenvolver alguns trabalhos que apresentavam diariamente, sobre várias temáticas relacionadas com o navio, como, por exemplo, a organização, a produção de energia ou as comunicações.

Durante um mês e de acordo com as tarefas atribuídas ao navio, foram praticados os portos de Setúbal (Troia), Leixões, Figueira da Foz e Portimão, além dos fundeadouros da Berlenga e de Sesimbra, tendo os alunos tido oportunidade de participar em várias atividades e exercícios, de onde se destacam os exercícios de salvamento realizado com o helicóptero EH-101 da FAP; as séries de Reabastecimento no mar com os NRP *Bérrio* e NRP *Corte Real*; o reboque com o NRP *Figueira da Foz* no âmbito da participação no exercício PRONTEX 2017; o acompanhamento de uma força chinesa durante a sua passagem em águas nacionais; salvas em homenagem aos mortos nos 100 anos do afundamento do Caça-Minas *Roberto Ivens* e nas comemorações dos 300



anos da Batalha de Matapão, para além dos vários exercícios internos: tiro 100 mm, Homem ao mar, avaria no leme, incêndio, entre outros.

No âmbito da busca e salvamento, o navio prestou apoio médico e acompanhou um pescador com sintomas de princípio de AVC, a oeste do cabo Espichel, algo que foi muito gratificante para toda a guarnição.

No porto da Figueira da Foz, o navio esteve aberto a visitas durante o fim de semana, com um registo de cerca de 900 visitantes num curto espaço de tempo, tendo os alunos tido um papel de destaque no acompanhamento e integração de todas as pessoas que demonstraram curiosidade em conhecer melhor a Marinha e as atividades de bordo.

Na curta estadia realizada em Leixões, os cadetes tiveram oportunidade de visitar as instalações do Comando da Zona Marítima do Norte, do Departamento Marítimo Norte, da Capitania do Porto de Leixões e do ISN, tendo-lhes neste sido explicada a organização da Autoridade Marítima Nacional e realizado um embarque em duas embarcações do ISN onde, por coincidência, participaram numa ação de auxílio a um veleiro sem propulsão.

Apesar do pouco tempo disponível, a atividade física não foi descurada, tendo os alunos, sempre que possível, acompanhado o comando do navio em corridas pelos portos de atracação, fazendo assim jus ao lema “mente sã em corpo sã”.

Após 29 dias de missão e mais de 400 horas de navegação, o NRP *João Roby* atracou na BNL pelas 16h00, terminando a sua missão SAR e simultaneamente a viagem de instrução dos 24 cadetes, que, apesar de cansados, regressaram com a sensação de objetivo atingido.

Em súmula, podemos afirmar que esta viagem de instrução foi bastante diversificada, completa e muito enriquecedora para a instrução dos cadetes que, ao terem tido a oportunidade de manobrar o navio e participar em diversas atividades, estão agora mais bem preparados para as funções que irão desempenhar brevemente, quando estiverem embarcados numa unidade naval.

Deixamos os nossos agradecimentos à guarnição do NRP *João Roby*, por terem ajudado a formar futuros oficiais, agora mais bem preparados e com mais experiências de mar, essenciais para complementar o ensino ministrado na Escola Naval.





# A MARINHA PARTICIPA NA FORMAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA NO ÂMBITO DA NATO



Em 2014, a NATO, através do *Bureau for International Language Co-ordination (BILC)*<sup>1</sup>, identificou a necessidade de criar um curso de formação de formadores especificamente desenvolvido para fins militares e para formadores ou professores de militares, até então inexistente. O objetivo geral era incrementar as competências dos professores e formadores de Língua Inglesa da NATO e dos países seus parceiros, especialmente no que se refere ao ensino das competências linguísticas de produção oral e escrita (*Speaking e Writing*).

Para desenvolver este curso, o *George Marshall Center (European Center for Security Studies)*, através do *Partner Language Training Center Europe (PLTCE)*, um *Partnership Training and Education Center (PTEC)* da NATO, convidou um grupo de seis professores de Língua Inglesa, entre eles a CTEN ST ELING Estela Magalhães Parreira. Ainda em 2014, este grupo internacional de professores (Portugal, Dinamarca, Eslovénia, Hungria, Bulgária e Estados Unidos da América) reuniu-se para iniciar o processo de desenvolvimento do curso: definir objetivos específicos, escolher manuais, desenvolver os planos de estudo, etc. O desenvolvimento dos conteúdos didáticos foi, na sua maioria, realizado à distância. No início de 2015, os professores reuniram-se novamente no PLTCE para coligir o trabalho feito por cada um, definir a sequência dos temas a abordar, planejar os horários, etc. Em março (2015) foi realizado um curso de validação, que obteve excelentes resultados. Foram já ministradas diversas edições deste curso.

O *“Faculty Development Workshop: Teaching Speaking and Writing for Military Purposes”*, não é curso de terminologia militar, mas foi desenvolvido tendo como premissa o ambiente militar, a “linguagem militar” e os alunos militares; inclui uma componente teórica sobre os novos conceitos e metodologias de “ensino-aprendizagem” de competências linguísticas de produção oral e escrita, sistematização da triangulação *“content-task-accuracy”* dos descritores do *STANAG 6001*, entre outros; uma parte significativa da formação é prática, sendo que os alunos desempenham as tarefas de formador simulando ações de formação relacionadas com *Speaking e Writing*. Estas ações (*micro-teaching*) são gravadas em vídeo para posterior análise e correção de erros.



Para além da sua participação no desenvolvimento do curso e dos materiais didáticos, a CTEN Estela Parreira é também formadora do *“Faculty Development Workshop”*, curso certificado pelo *Allied Command for Transformation (ACT)* da NATO. Os alunos, de diversas nacionalidades (Áustria, França, Mongólia, Portugal, Tunísia, Ucrânia, entre muitos outros) são professores e formadores de Língua Inglesa nas respetivas escolas e centros de formação militares. A próxima edição deste curso no *Partner Language Training Center* do *George Marshall Center* será em abril.

Paralelamente a esta cooperação com a NATO no PLTCE, a Marinha Portuguesa também colaborou com a *“National University of Public Service – Faculty of Military Science and Officer Training”* – *Budapest, Hungary*, através da participação da CTEN Estela Parreira como formadora de diversas edições do *“NATO Staff Officers’ Military Terminology Course” (SOMTC)*. Este curso, também certificado pelo ACT, destinado a militares que irão desempenhar funções em missões internacionais da Aliança Atlântica, abrange não só terminologia militar em inglês, mas também a preparação dos alunos para reuniões, debates, desenvolvimento e apresentação de *Briefings* padrão da NATO. Neste sentido, o SOMTC está dividido em aulas de terminologia militar em inglês, debate de soluções e obtenção de consenso para planeamento de intervenção em cenários de crise, bem como desenvolvimento e apresentação de *briefings (Staff, Courses of Action, Crisis Management, Civil Military Cooperation, etc.)*; os militares alunos também preparam e simulam uma Conferência de Imprensa sobre a intervenção da NATO num determinado cenário de crise. Neste curso participam alunos (militares) dos países NATO e dos países seus parceiros, desde a Alemanha, Bulgária, Moldávia, Geórgia, até ao Egito e Paquistão, entre outros.

**Estela Magalhães Parreira**  
CTEN ST-ELING

Nota

<sup>1</sup> Órgão de conselho e de consulta da NATO para as questões de ensino, formação e testagem de línguas estrangeiras

## NOTÍCIAS

### 4º ANIVERSÁRIO DO NRP FIGUEIRA DA FOZ

No passado dia 25 de novembro celebrou-se a bordo, na Zona Marítima dos Açores, o 4º aniversário do NRP *Figueira da Foz*.

A comemoração do seu 4º aniversário contou com a presença dos 52 elementos embarcados, incluindo uma equipa de mergulhadores e uma equipa de segurança. Aproveitando a ocasião festiva, foi realizada uma cerimónia de promoção de dois aspirantes a oficial ao posto de guarda-marinha e de dois guarda-marinhas ao posto de segundo-tenente. Durante o evento não faltou o tradicional corte do bolo comemorativo.

Ao longo do ano de 2017 e ao serviço de Portugal no mar, o NRP *Figueira da Foz* esteve empenhado em diversas missões destacando-se o plano de treino básico e avaliação dos padrões de



prontidão, as missões de vigilância e de fiscalização dos espaços marítimos sob jurisdição nacional na ZEE portuguesa e diversas missões protocolares.



### 8º ANIVERSÁRIO DO NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA

No passado dia 15 de janeiro, a fragata mais recente da Marinha portuguesa completou o seu oitavo ano ao serviço de Portugal.

O NRP *D. Francisco de Almeida* (ex-HNLMS *Van Galen*) foi construído pelo estaleiro *De Schelde Group*, na Holanda, no ano de 1994. Foi então adquirido à Marinha holandesa, onde prestara serviço até ao ano de 2010, tornando-se o segundo navio da classe *Bartolomeu Dias*.

Ao longo dos seus 8 anos de atividade operacional, o navio realizou diversas missões ao serviço de Portugal, com realce para três integrações na força naval permanente da NATO (Standing NATO Maritime Group One – SNMG1), uma delas para participação na operação *Ocean Shield* (combate à pirataria na zona da Somália). Completou, assim, 8174 horas de navegação, com 627 dias de missão atribuídos, percorrendo no total 85 884 milhas náuticas, o correspondente a 4 voltas ao mundo.



Foto Carlos Rodrigues

Com o desígnio de assinalar esta efeméride, realizou-se a bordo uma cerimónia de imposição de condecorações e distintivos presidida pelo Comandante da Esquadilha de Navios de Superfície, seguido de um almoço-convívio entre a guarnição.



## REEDIÇÃO DA OBRA

### “CRUZADOR S. GABRIEL. VIAGEM DE CIRCUM-NAVEGAÇÃO”

Até à presente data a Marinha de Guerra Portuguesa realizou sete “voltas ao Mundo”, sendo a mais antiga a do cruzador *S. Gabriel*. O navio, que também foi o primeiro a ser equipado com um aparelho de TSF, largou de Lisboa no dia 11 de dezembro de 1909 e regressou ao mesmo porto em 20 de abril de 1911, isto é, seis meses após a implantação da República. Em 16 meses e 9 dias percorreu 41.981 milhas e escalou 72 portos, tendo visitado todos os territórios ultramarinos portugueses de então.

O relato pormenorizado deste memorável feito encontra-se descrito no livro “Cruzador S. Gabriel. Viagem de Circumnavegação”, da autoria do Capitão-de-fragata António Jervis Pinto Basto, seu comandante nessa viagem, e editado em Lisboa, pela Livraria Ferreira, em 1912.



A narrativa da navegação em mares tempestuosos ou em águas restritas sem cartas atualizadas, a apreciação das terras visitadas e das suas populações e o modo como o navio foi recebido, especialmente pelas comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, são temas de leitura cativante, complementada com desenhos alusivos do próprio comandante.

Assim, a reedição do “Cruzador S. Gabriel. Viagem de Circumnavegação”, não só dá a conhecer um facto histórico, como também é um estímulo para aqueles que se interessam por assuntos ligados ao mar ou que tenham iniciado a sua carreira naval.



Colaboração do ACADEMIA DE MARINHA





QUALIDADE • KNOW-HOW • SEGURANÇA





# DESPEDIDAS

Ainda nos nossos dias a saída de um navio para o mar, em especial se para uma viagem relativamente longa, é objecto de grandes e calorosas despedidas.

Em pleno Séc. XVIII, quando a escassez de entretenimentos era grande e não existiam os actuais meios de comunicação, as partidas e as chegadas dos navios, por serem “um acontecimento”, assumiam grandes proporções, fenómeno esse que se prolongou no tempo e do qual ainda hoje subsiste na memória na expressão popular “Dia de São Vapor”.

É sabido, igualmente, por quem já passou por situações destas que, quando é permitida a entrada a bordo das pessoas que se vão despedir dos seus familiares e amigos, a sua saída do navio se assemelha, algumas vezes, a uma missão impossível.

No Séc. XVIII, a chegada de navios a Lisboa era obrigatoriamente sujeita a uma visita de um juiz, a chamada “visita do ouro”, com o objectivo primeiro de detectar eventuais situações de contrabando daquele metal e, complementarmente, identificar os tripulantes e passageiros embarcados verificando a respectiva documentação, registar os tipos e quantidades de carga transportados, bem como os principais eventos verificados no decurso daquela viagem.

Foi através da leitura de um dos relatórios dessas visitas do ouro que tomei conhecimento do episódio que seguidamente se relata.

O navio *S. José Belisário*, de que era capitão Nicolau Rodrigues dos Santos, chegou a Lisboa, vindo do Rio de Janeiro, e foi sujeito à visita do ouro em 7 de Julho de 1793, tendo o respectivo capitão declarado que, pouco tempo depois de ter largado do Rio de Janeiro, e já sem possibilidades de ali regressar, fora dada pela presença a bordo de um indivíduo, de nome Manuel da Costa Ramos, que ninguém conhecia e que dissera ter a profissão de cravador de diamantes no Rio de Janeiro, sem contudo ter consigo algum documento que comprovasse o que afirmara.

Quando questionado sobre a sua invulgar presença a bordo o indivíduo em causa terá declarado que, tendo ido ao bota fora do navio, entrara a bordo e confraternizara com alguns dos tripulantes, bebendo algum vinho em excesso, razão pela qual adormeceu num canto e falhara o desembarque, juntamente com as muitas pessoas que se encontravam a bordo em situação semelhante.

Dado que a bordo ninguém o reconhecia o Desembargador dos Agravos ordenou a sua prisão no Castelo até que o assunto fosse completamente esclarecido o que, atendendo aos meios de comunicação da época, levaria alguns largos meses.

Convenha-se que, para uma despedida, ou para um excesso de bebida, o tempo de prisão que iria sofrer era, sem dúvida, excessivo.



Cmdt. E. Gomes

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

Fonte : Arquivo Histórico Ultramarino doc. 11420 Rio de Janeiro



# MARINHEIRO

Qualquer dicionário nos diz ser aquele homem empregado na manobra de um navio; aquele que conhece a arte de governar um navio ou que gosta do mar e da vida marítima e por aí fora. Mas o pior, ou o melhor consoante os gostos, é que diz mais: *Os algarvios são marinheiros do coração*. Nada mais certo e premonitório. Senão vejamos:

Nasci em Lagos, a velha Lacóbriga, no Barlavento algarvio, elevada a capital da província pelo rei D. Sebastião em 1573 (conforme o meu livro de História da 4ª classe). Esta minha e a mais bela cidade do planeta fica a escassa distância do Cabo de S. Vicente, que Estrabão (63 a.C.) chamou de *Cabo Sagrado e o mais a ocidente da Europa e do mundo habitado*. A casa onde vim ao mundo situa-se em ponto alto da freguesia de S. Sebastião, junto à igreja do mesmo nome, e pela janela do quarto avista-se a baía em toda a sua plenitude. Abri os olhos e o que vi? O mar. Tive, então, admita-se, o meu primeiro pensamento: *tou lixado*.

Pouco interessa o que adiante se passou. A instrução primária seguida do Curso Industrial (Serralharia) na Escola Industrial e Comercial João de Deus, em Silves, para onde me deslocava diariamente de comboio. Aprendi a forjar e a temperar material de corte, a utilizar máquinas e ferramentas (torno mecânico, fresa e outras), soldadura oxi-acetilénica, tecnologia (ligas metálicas, materiais ferrosos), desenho de máquinas (projecção, corte e perspectiva), etc., etc., para depois aplicar esta formação profissional numa loja a vender chapéus, camisas e gravatas. Nesta desconformidade, e ainda pelo facto de o meu irmão já estar na Marinha (também ele tocado pela mesma *premonição*) e de me enviar lindíssimos postais de terras longínquas, decidi dar cumprimento ao destino e, assim, quando dei por mim, estava na Escola de Alunos Marinheiros, em Vila Franca de Xira. Como bagagem, apenas a necessidade de respirar outros ares e uma razoável noção de humildade. Esta virtude de reconhecer os próprios erros e ainda a dignidade foi tudo o que herdei dos meus pais.

Éramos 141 rapazolas, filhos de outras tantas mães, mas que nos tornámos irmãos, “Filhos da Escola” do 5º alistamento (1943). Os números começavam no 424 (*Chefe dos chefes de rancho*, conforme se intitulava) até ao 565 (o mais marreta). Recordo o nosso comandante, Cap.-Ten. José António Spínola, o tenente Fontes do SG, já velhote, o contramestre João (2º sarg. de manobra), os cabos e marinheiros instrutores e outros, que a memória vai falhando.

Recordo as fardas larguíssimas onde cabiam dois de nós, as brincadeiras e irreverências próprias da idade: as corridas no balneário com o chão ensaboado e ver quem deslizava mais de *sku*; as asneiras gritadas em hora de silêncio e logo um instrutor: *d’aqui...* (dava uns largos passos) *até aqui, ferra macas!* Depois para fora da caserna com os *chouriços* às costas durante, pelo menos, 2 horas. Recordo a vassoura para quem queria ir à missa; recordo o pré (30\$00) recebido e logo largado num cesto de papéis estrategicamente colocado à porta do gabinete do oficial de dia.

Recordo as aulas de canto coral dadas por um músico da Banda da Marinha e uma canção lindíssima: *Deixa a costa de ríspidas fragas porque o mar tem mais luz e mais cor...*<sup>1</sup>

E tantas outras lembranças que ficam comigo por falta de espaço para as relatar...

Depois, a separação. Os meus irmãos para a *Sagres* (a velha) e apenas três ficaram para a frequência do curso de artífices torpe-



deiros electricistas na vizinha Escola de Mecânicos. (Era exigido o 5º Ano Industrial).

Os anos passaram. Cada um de nós singrou de acordo com a rota que lhe foi *determinada*. A vida em comum, onde o problema de um é problema de todos, transfigurou-nos e enraizou em nós algo de belo, um sentimento de qualidade insuperável, a fraternidade. Este conceito filosófico de humanismo perdurará para toda a vida, para todo o sempre, e na Marinha, especialmente na Marinha, é o embrião de que nascem a tradicional amizade e sã camaradagem, tal como, em paralelo, as bases que edificam o homem de carácter: a instrução militar, o respeito pelos regulamentos, a disciplina, a instrução (especialização) donde resulta a competência necessária e exigida, dado que cada um no seu posto diferenciado confia na eficácia dos outros, desde o reputado Comandante ao humilde “capitão” (*grumete encarregado do lixo, vassouras e sanitários*), qual *puzzle* onde as peças mais coloridas e as mais apagadas se interligam e se complementam para o êxito da missão.

Pela parte que nos toca, Alunos Marinheiros, ousa afirmar, fundamentado em 43 anos de serviço, que soubemos honrar a Pátria e sem o constrangimento da sua contemplação. Mais não fizemos que seguir o exemplo dos que nos antecederam. Pois, em boa verdade, os navios já antes navegavam, fizeram-no connosco e agora, sem nós (embora pareça incrível, mas cientes de que não há insubstituíveis – *os cemitérios estão cheios deles*), continuam a navegar.

Nós, os que começamos de baixo e muito mais cedo, moços com 16 e 17 e 18 anos, reivindicamos ser mais marinheiros, mais salgados (temperados) que muitos outros. Esses tempos são hoje recordados com lágrimas e sorrisos roídos pela saudade, sobretudo e dolorosamente, pelos que já nos deixaram e lá esperam por nós.

“Filhos da Escola”, Queridos Irmãos, Digníssimos Camaradas, enfim: Marinheiros.

*Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal.*

Com muitas saudades do mar,



Teodoro Ferreira  
1TEN SG REF

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

Nota

<sup>1</sup> Letra integral publicada na Revista da Armada nº 57, de Junho de 1976.

# Um médico estranho... muito, muito estranho...

*(...) Passando Além das Ilhas Canárias que ao tempo não era certo serem d'El-Rei de Portugal ou de Castela, por quanto ambos andavam querendo as ditas ilhas para seu senhorio, fomos navegando em direção do meio dia e sempre à vista das costas de África (...)*

*In a Lenda de Martim Regos, Pedro Canais, 2004*

Passava um médico por um corredor no Hospital das Forças Armadas, quando se cruzou com uma cara das suas memórias. Era um paciente antigo seu, que possuía uma doença vascular grave. Fora, entretanto, operado. Sobreviveu. O médico saudou-o com um sonoro “Viva. Então ainda pertence ao mundo dos vivos...”. Os dois sorriram e abraçaram-se. O episódio chocou outros médicos, de um outro ramo. Afinal a frase, quase gritada, teria sido agressiva. Nada própria da relação entre o médico e o seu doente.

Ora, o médico em questão nem respondeu. Ele sabe bem que um dos problemas principais do Hospital das Forças Armadas é cultural. Os médicos refletem naturalmente o ramo a que pertencem. Assim a cultura da Marinha, ainda que para os incautos pareça mais formal é na realidade muito mais próxima. Nos navios há pouca privacidade e muita, muita proximidade. Este facto, e uma natureza jocosa, moldou o caráter de muitos. Tirou-os de si próprios. Obriga, forçosamente, a reconhecer o outro... Nada, mesmo nada, do que se passou tem a ver com falta de respeito. Trata-se apenas de reconhecer o sofrimento de um camarada, marinheiro, que se acompanhou no sofrimento...

Outro médico, noutro tempo, teve um filho muito, muito doente. Desse tempo, lembra os gracejos de muitos marinheiros que, regularmente, o contactavam. Essa experiência e muitas outras fazem parte de um coletivo difícil de explicar a terceiros. Um sentimento que se chama, simplesmente, Marinha... Sinto que a única razão para que estas Histórias durem há tanto tempo é, pura e simplesmente, a existência daquele sentimento...

A propósito destas Histórias, ainda, deparei com muitas atitudes diferentes, por parte dos outros ramos. A mais comum é a de total desvalorização. Não seria de esperar outro tanto. Em primeiro lugar, os temas abordados interessam especialmente à Marinha e, na verdade, são escritos num código (numa cultura) característico da maresia que nos atravessa. Não sei se a experiência, longa de anos, que constitui esta aventura seria reproduzível noutro ramo, noutro enquadramento.

Contudo se o leitor anónimo quiser saber, a reação mais estranha que tive a estas histórias é a de total dúvida em relação ao autor. Não se acredita que um simples médico tenha a capacidade para escrever sobre um tema diferente a cada mês. Diz-se, claramente, que não pode ser. Afirma-se sem vergonha:

– *Deves ter um sistema de copiar e colar de alguém...*

Ora, sem palavras, prefiro responder que eu também tenho dificuldades em acreditar que se pode escrever assim e que “não”, não conheço nenhuma fonte, aberta ou reservada, onde se pudesse ir buscar tanto texto, durante tantos anos... Afirmo depois (triste por dentro), que realmente só um médico estranho, muito estranho, se daria a tanto trabalho... sujeito a críticas e suspeitas desta natureza...



Desenho de Paulo Guedes

Concluirá, finalmente, o leitor atento que, em relação à cultura vigente, o Hospital das Forças Armadas está como descrito acima para as Ilhas Canárias de antanho: entre o Rei de Portugal e o reino de Castela. A haver uma cultura predominante não é certamente próxima de um sentir universal e, digo-o claramente, muito há para fazer neste sentido. Tenho, contudo, uma certeza, amanhã vou telefonar a alguns marinheiros académicos. Isto de escrever de mote próprio é certamente estranho, muito estranho...

Talvez eles conheçam os escritos de um outro médico naval, desconhecido, talvez um cardiologista, muito, muito estranho, que eu possa reproduzir aqui, quando a inspiração me faltar. Assim, será mais fácil explicar a outros uma escrita mensal de tantos anos: vou simplesmente dizer que copiei do cardiologista... e sorrir, sorrir e sorrir enquanto navego na direção do meio dia, como os verdadeiros homens do mar...





## DESPORTO

### FUTSAL – 34º CAMPEONATO DA MARINHA



Vencedor I Escalão: UAICM



Vencedor II Escalão: Corpo Fuzileiros



Vencedor Escalão Feminino: BNL

Entre os dias 22 de janeiro e 26 de fevereiro realizou-se a 34ª edição do Campeonato da Marinha de Futsal.

Com uma participação máxima nos escalões masculinos por todos os Agrupamentos (Base Naval de Lisboa (BNL), Corpo de Fuzileiros (CFZ), Escola Naval (EN), Escola de Tecnologias Navais (ETNA) e Unidade de Apoio às Instalações Centrais da Marinha (UAICM)), apenas se fizeram representar no escalão feminino a BNL e a EN. Esta competição serve para identificar jogadores (as), que possam vir a integrar as seleções de Futsal da Marinha que irão participar nos I Jogos Nacionais Militares agendados para 19 a 23 de março, a realizar no CEFA.

I Escalão		II Escalão	
1º	UAICM	1º	CF
2º	CF	2º	ETNA
3º	BNL	3º	BNL
4º	ETNA	4º	UAICM
5º	EN	5º	EN
Feminino			
1º	BNL	2º	EN

### ORIENTAÇÃO – TORNEIO ABERTO

No dia 2 de fevereiro realizou-se na BNL o Torneio Aberto de Orientação 2018, que contou com a participação de 70 atletas distribuídos pelos seguintes escalões: ELITE (28), VETERANOS (11), FEMININO (14) e PROMOÇÃO (17), sendo 56 masculinos e 14 femininos.

Além de ter como objetivo o fomento da modalidade, este torneio serviu de preparação dos atletas para o 30º Campeonato da Marinha de Orientação, agendado para 9 a 13 de abril.



A FAP marcou presença nesta prova

Class.	NII	Posto/ Classe	Nome	Unidade
ELITE				
1º	9809800	CAB FZ	LOUREIRO DUARTE	ETNA
2º	9807700	1SAR FZ	ALEXANDRE CRUZ	EN
3º	138970-L	CAD PILAV	FERNANDO ANSELMO	FAP
VETERANOS				
1º	9334596	1SAR A	FERRO CANTANHEDE	ETNA
2º	1508695	1SAR FZ	SILVA FRANCISCO	CF-EF
3º	059610-J	CAP	CARLOS GARCIA	FAP

Class.	NII	Posto/ Classe	Nome	Unidade
FEMININO				
1º	9102713	2TEN TSN	MAFALDA HIPÓLITO	CEFA
2º	9311397	1SAR ETA	VERA REIS	DA
3º	111485-K	1SAR	LURDES PIRROLAS	FAP
PROMOÇÃO				
1º	151585	AGENTE PSP	FERREIRA COELHO	CEFA
2º	9333104	CAB L	AMARAL CARREIRA	CEFA
3º	9805298	CAB FZ	MARCELINO CAMPOS	CEFA

### TIRO DE ESPINGARDA AUTOMÁTICA G3 – 32º CAMPEONATO DA MARINHA



	NII	P	C	Nome	Agrup	Pontuação
1º	9828300	1SAR	FZ	BARRELA	CF	533
2º	919490	SAJ	C	CAEIRO	ETNA	497
3º	782189	1SAR	FZ	FRADIQUE	ETNA	494

Realizou-se nos dias 6 e 7 de fevereiro, o 32º Campeonato da Marinha de Tiro de Espingarda Automática G3, com organização do Serviço de Educação Física do Corpo de Fuzileiros (CF). Participaram 16 atiradores: BNL (6), CF (5) e ETNA (5), sendo 15 masculinos e 1 feminino. A Unidade vencedora do Troféu da prova foi o CF, obtendo 1965 pontos (soma das melhores 4 pontuações).

A cerimónia de entrega de prémios foi presidida pelo 2º Comandante da EF, CFR FZ Santos Formiga. Esta competição serve também para selecionar os atiradores a representar a Marinha no 49º Campeonato Nacional Militar de Tiro, agendado para 22 a 25 de maio no Complexo Desportivo do Jamor e Unidade Especial da Polícia.

# ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

A Organização Mundial de Saúde foi fundada a 7 de abril de 1948 e desde essa data celebra-se anualmente a 7 de abril o Dia Mundial da Saúde. Todos os anos a Organização escolhe um tema central para ser debatido no Dia Mundial da Saúde, e esse tema passa a ser uma prioridade na sua agenda internacional. O tema do Dia Mundial da Saúde de 2018 é “Saúde para todos”. Esta frase resume o objetivo desta Organização que celebra este ano 70 anos de existência. Achei curioso o tema pois é exatamente esse o nome que foi escolhido, em março de 2013, para este espaço na Revista da Armada onde mensalmente se abordam temas de saúde, com o intuito de ajudar todos a viverem uma vida saudável. Assim sendo, considero pertinente esta edição ser dedicada a conhecermos um pouco melhor esta importante Organização e o que podemos fazer para existir “Saúde para Todos”.

## O que é a Organização Mundial de Saúde?

A Organização Mundial de Saúde é uma agência especializada em saúde. A sua história remonta ao final da Primeira Guerra Mundial, quando a Sociedade das Nações criou o Comité de Higiene – o embrião da Organização Mundial de Saúde (OMS). Anos mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) para tentar manter a paz entre os vários países do mundo. A ONU sentiu necessidade de fundar organizações e agências que trabalhassem sobre áreas muito específicas pelo que, para responder à área da saúde, nasceu em 7 de abril de 1948 a OMS, com sede em Genebra, na Suíça. Segundo a sua constituição, a OMS tem como objetivo desenvolver tanto quanto possível o nível de saúde de todos os povos.

## Como é constituída a OMS?

A OMS é composta por 194 Estados-membro, onde se incluem todos os Estados Membros da ONU (exceto o Liechtenstein) e inclui dois não-membros da ONU (Niue e as Ilhas Cook). Os territórios que não são Estados-membro da ONU podem solicitar adesão como membros associados ou membros observadores.

Os Estados-membro da OMS nomeiam delegações para a Assembleia Geral da Saúde Mundial, que é o corpo decisor supremo. A Assembleia Geral da OMS reúne-se anualmente em maio. Para além da nomeação do Director-Geral a cada cinco anos, a Assembleia analisa as políticas de financiamento da Organização e revê e aprova o orçamento proposto. A Assembleia elege 34 membros, tecnicamente qualificados na área da saúde, para a Direção Executiva, durante um mandato de três anos.

O financiamento da OMS é proveniente de contribuições dos Estados-membro e de doadores vários (que atualmente colaboram com mais investimentos do que os próprios Estados-membro).

## Quais as atividades desenvolvidas pela OMS?

A OMS desenvolve parcerias com o objetivo de proporcionar acesso universal aos cuidados de saúde, estimula a investigação científica promovendo a divulgação e utilização dos conhecimentos adquiridos por todo o mundo, cria normas de saúde atualizadas, monitoriza a situação da saúde mundial e coordena os esforços internacionais para controlar surtos de doenças. Ademais, apoia programas para prevenir e tratar a malária e a tuberculose, apoia o desenvolvimento e distribuição de vacinas seguras e eficazes, supervisiona a implementação do Regulamento Sanitário Internacional, realiza campanhas de saúde, permite o acesso a literatura científica em países em desenvolvimento (através da rede HINARI) e publica periódicos para o desenvolvimento da área da saúde, entre os quais o Relatório Mundial da Saúde (incluindo uma avaliação de especialistas sobre a saúde global), a Classificação Estatística Internacional

de Doenças (CID), a Classificação Internacional de Funcionalidade, a Incapacidade e Saúde (CIF) e a Classificação Internacional de Interferências em Saúde (ICHI).

## Como é que a OMS define saúde?

A OMS define saúde como um «estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas da ausência de uma doença ou enfermidade.»

## Que passos podemos dar para melhorar a nossa saúde?

A OMS tem no seu sítio de internet (<http://www.who.int>) 12 dicas que devemos adotar para todos termos uma vida com saúde:

- 1 – fazer uma alimentação equilibrada e com alimentos saudáveis;
- 2 – ser fisicamente ativo;
- 3 – cumprir o plano nacional de vacinação;
- 4 – não usar nenhuma forma de tabaco;
- 5 – limitar a ingestão de álcool;
- 6 – gerir o stress para bem da saúde física e mental;
- 7 – cuidar da higiene pessoal;
- 8 – conduzir com segurança;
- 9 – usar cinto de segurança/capacete;
- 10 – ter relações sexuais protegidas;
- 11 – vigiar regularmente o estado de saúde em consulta médica;
- 12 – incentivar a amamentação.

## Que condições básicas devem estar reunidas para garantir melhoria na saúde de uma população?

A primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, a 21 de novembro de 1986, aprovou orientações para atingir a “Saúde para Todos” no ano 2000 e seguintes. Considerou os seguintes pré-requisitos para haver Saúde: paz, abrigo, educação, alimentação, recursos económicos, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade.

## Que mensagem pretende a OMS divulgar neste dia Mundial da Saúde 2018?

Que a Saúde para Todos é possível apesar de pelo menos 50% da população mundial ainda não ter acesso aos cuidados básicos de saúde. Que a prioridade da OMS é apoiar os esforços das autoridades nacionais de saúde para garantir que os cuidados de saúde sejam equitativos e acessíveis para todos. Que quando as pessoas são saudáveis, as suas famílias, comunidades e países beneficiam.

Como afirmou o Diretor-geral da OMS, o etíope Tedros Adhanom, “ninguém no mundo deveria ter de escolher entre morrer ou enfrentar dificuldades económicas, ninguém deveria ter de escolher entre comprar medicamentos e comprar alimentos”.



Ana Cristina Pratas  
1TEN MN

[www.facebook.com/participanosaudeparatodos](http://www.facebook.com/participanosaudeparatodos)



# QUARTO DE FOLGA

## JOGUEMOS O BRIDGE

## Problema nº 212

<b>NORTE (N)</b>				<b>ESTE (E)</b>			
♠	♥	♦	♣	♠	♥	♦	♣
8	A	A	D	9	V	7	9
7	R	D	10	5	9	6	7
3	8	10		6	3	4	
	7			2	2		
	4						
<b>OESTE (W)</b>				<b>SUL (S)</b>			
♠	♥	♦	♣	♠	♥	♦	♣
R	D	R	A	A	10	V	8
10	5	9	R	D	3	8	5
2		4	V	V		5	2
			6	6			
			3	4			

### GRAU DE DIFICULDADE – MÉDIO POR SER A 4 MÃOS

W-E vuln. Após uma abertura em 1ST de W, S joga 4♠ recebendo a saída a A♣ seguido do R e do V, pois o parceiro jogou 4 e 7 assinalando que tinha 3 cartas (se tivesse 2 ou 4 teria jogado ao contrário, e saliento mais uma vez que as sinalizações são fundamentais para ajudar o parceiro no flanco). S corta e deve fazer uma pausa para delinear o seu plano de jogo face à abertura de W. O problema que lhe proponho, por ser a 4 mãos, é para as analisar e escolher a linha em que gostaria de estar sentado para marcar pontos para a sua coluna.

### SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 212

Se escolheu a linha N-S optou bem, pois o contrato cumpre-se, mas S tem de jogar com muito cuidado e atenção. Deverá ter em conta a abertura de W que coloca os restantes pontos chave (R e V) na sua mão, havendo ainda o perigo de poder dar R10. A passagem ao R de trunfo será inútil e repare o que acontece se a fazer à 4ª jogada: W faz o R e ataca o ♣ que E cortará de 9 e irá promover o 10 do parceiro para o cabide. Vejamos então como deve S jogar para cumprir o contrato: depois do corte na 3ª jogada bate A♥ (jogada chave) e começa a destruir com A seguido de D. W faz o R e agora qualquer que seja o seu ataque S fica em mão para tirar o último trunfo e fazer mais 3 vazas em ♦ com a passagem ao R.

Nunes Marques  
CALM AN

## PALAVRAS CRUZADAS

## Problema nº 195

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										

**HORIZONTAIS:** 1 – Cemitério. 2 – Crença (Inv.); tornar real (Inv.). 3 – Lista; metal do grupo das terras raras, utilizado em reactores nucleares. 4 – Cólera; nome próprio feminino. 5 – Cento e dois romanos; mau; letra grega (Inv.). 6 – Cidade do Perú à beira do rio do seu nome; ânsia; naquele lugar (Inv.). 7 – Metade de golo; deuses da mitologia escandinava que representam as forças da natureza; falta um para ser rifa. 8 – Bigornas de ourives (Inv.); pedra preciosa. 9 – Ciência ou arte de navegação; no princípio de Nacala. 10 – Que trabalha manualmente; o mesmo que o. 11 – Autor de sermões (Pl.).

**VERTICAIS:** 1 – Que produz seda. 2 – Relativo aos éferos; no princípio de apear. 3 – Raça (Pop.); criminosos (Inv.). 4 – Pátria de Abraão; trama na confusão. 5 – Pelo espesso, macio e frisado de certos animais (Pl.); moeda indiana. 6 – Falta uma, para ser czar; nome de letra; três letras de carne. 7 – Versejaras; camareira. 8 – Que tem asas; o que respiramos. 9 – Que não é vulgar; cidade de Espanha. 10 – Três letras de avieiro; goma-resina usada outrora como vulnerária. 11 – Relativo à orografia.

### SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 195

HORIZONTAIS: 1 - SEPULCRÁRIO, 2 - EF; RAZILIAER, 3 - ROL; SAMARIO, 4 - IRAS; ADA, 5 - CIL; BERÁ; OR, 6 - ICA; AFA; ILA, 7 - GO; ASES; RIF, 8 - SAT; RUBIL, 9 - NAUTICA; NAC, 10 - OPERARIA; NO, 11 - SERMONARIOS.  
VERTICAIS: 1 - SERICIGENOS, 2 - EFORICO; APE, 3 - LAIA; SUEB, 4 - UR; AATRM, 5 - LAS; BASTIAO, 6 - CZA; EFE; CRN, 7 - RIMARAS; AIA, 8 - ALADA; AR, 9 - RARA; IRUN, 10 - IEI; OLIBANO, 11 - OROGRAFICOS

Carmo Pinto  
1TEN

## SUDOKU

## Problema nº 44

### FÁCIL

			5	7				
				2	4	7		5
	9					8		
		8			6		3	
						5	1	4
			9	1	5			
1							5	3
	8						7	
		2	3					

### DIFÍCIL

		5		1		6		
	1				3			
			5	6		2	9	
	8							
7				5				
		2	3			8		4
5		3	1	4				
				9				
	9	4	2					6

### SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 44

#### FÁCIL

8	9	7	2	3	7	1	5	6
1	6	7	8	5	4	2	3	9
5	2	3	1	4	6	7	8	9
6	5	2	3	7	8	9	4	1
4	7	3	1	4	5	8	9	6
7	8	6	2	1	3	7	5	4
3	7	8	5	6	4	2	9	1
2	1	6	9	8	3	5	4	7
9	4	5	7	1	2	6	3	8

#### DIFÍCIL

8	9	7	2	3	7	1	5	6
1	6	7	8	5	4	2	3	9
5	2	3	1	4	6	7	8	9
6	5	2	3	7	8	9	4	1
4	7	3	1	4	5	8	9	6
7	8	6	2	1	3	7	5	4
3	7	8	5	6	4	2	9	1
2	1	6	9	8	3	5	4	7
9	4	5	7	1	2	6	3	8

## NOTÍCIAS PESSOAIS

### NOMEAÇÕES

• CALM Carlos Manuel Parreira Costa Oliveira Silva, para o cargo de Chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada • CALM João Luís Rodrigues Dóres Aresta, para o cargo de 2º Comandante Naval.

### RESERVA

• SMOR M Manuel Casimiro de Lima Afonso • SCH MQ Manuel de Barros Gregório.

### FALECIDOS

• 23254 CMG M REF António Lucas Dias Costa • 115542 1TEN SG REF Amadeu Augusto Barradas • 310953 1TEN OT REF António Ribeiro • 11571 2TEN FZ REF Luís Alberto Pires de Moura •

163546 SMOR TF REF João António Serra Ezequiel • 171347 SCH CE REF José Bernardo Canivete • 377654 SAJ CE REF António Marques • 387155 SAJ L REF Ludgero Pereira Inácio • 242250 SAJ CM REF António dos Santos Amaral • 419456 SAJ CM REF Francisco Rodrigues Sopa • 324173 SAJ CM REF Isidoro Diniz Alberto • 249550 1SAR L Luís Ferreira Soares Nunes • 75237 CAB A REF Manuel Marreiros Calado • 447653 CAB E REF José Pereira Teles • 620760 CAB C REF José Gonçalves Tomaz • 176571 CAB L REF Vítor Eugénio Rodrigues Lambert • 731679 CAB FZ REF Ricardo Alves Jorge • 413281 CAB CRO REF Paulo Jorge Albano da Silva • 284750 CAB CM REF Armando Cardoso Silva • 410383 CAB M REF José Caetano Pinto Pinheiro • 38471 CAB CE REF José Manuel da Silva Bruno da Costa • 33999047 AG 1CL QPPM APOS João Batista Fernandes • 31007165 AG 2CL QPPM APOS João Martinho Varela • 36001147 FAROLCHEFE QPMM Bacunine Lopes de Sousa • 36001047 FAROLCHEFE QPMM APOS João Félix Francisco • 36003949 FAROL 1CL QPMM Albano Gil Marques.

## CONVÍVIOS

### ASSOCIAÇÃO MARINHEIROS CONCELHO BARCELOS



Realiza-se no dia **28 de abril** o 25º Encontro de Marinheiros do concelho de Barcelos com o seguinte programa:

10h30 – Concentração junto ao Mosteiro do Senhor da Cruz, em Barcelos.

11h00 – Missa em sufrágio dos “Filhos da Escola” falecidos e em ação de graças pelos presentes.

12h30 – Almoço-convívio em local a designar.

Para mais informações os interessados devem contactar: Zacarias Quintas TLM 938445441; Delfim Pinheiro TLM 968692323; Manuel Bogas TLM 936666620; Francisco Caravana TLM 965492456; João Pinto TLM 938583277; Pedro Santos TLM 919612728 ou [faocaravana@gmail.com](mailto:faocaravana@gmail.com) ou [prados-pedro@sapo.pt](mailto:prados-pedro@sapo.pt)

### RECRUTAMENTO DE ABRIL DE 1963

Realiza-se no dia **26 de maio**, no restaurante “Quinta das Oliveiras”, em Alferrarede Velha (Abrantes), um almoço de confraternização dos “Filhos da Escola” de abril de 63 para comemorar o seu 55º aniversário.

As inscrições devem ser dirigidas a: António do Rosário Rodrigues, CFR SEB REF – Rua Cesário Verde, n.º 1, Vale de Milhaços, 2855-423 Corroios.

Para outros contactos: CMG SEA REF P. Carvalho Telef. 21 2255345 ou TLM 91 9893244, CFR SEB REF Rodrigues Telef. 21 2541205 ou TLM 96 5758536, 1TEN OT REF Pegacho Telef. 21 2961153 ou TLM 93 4254392, SMOR SE REF António Telef. 21 0889617 ou TLM 96 7541011.

Para efeito de transportes: SMOR L REF Mareco de Almeida Telef. 21 6045885 ou TLM 96 6506426.

### “FILHOS DA ESCOLA” DE 1985



Vai realizar-se no dia **14 de julho** um almoço-convívio na BNL a bordo da vedeta Zêzere em pleno Tejo, dos “Filhos da Escola” de 1985. Os interessados deverão contactar João Carlos Cruz TLM 967878870 e Sousa Eurico [armadafilhosdaescolade1985@gmail.com](mailto:armadafilhosdaescolade1985@gmail.com) ou TLM 0033680609777.

### SAIBAM TODOS

#### ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PORTUGAL (OPP) 2018

• O Governo lançou, em 2016, o primeiro Orçamento Participativo de âmbito nacional, a nível mundial.

A partir da boa experiência de mais de uma centena de municípios que, em Portugal, têm orçamentos participativos, o Governo organizou e concretizou em 2017 a I Edição do Orçamento Participativo Portugal.

Considerando a boa adesão e participação das pessoas a este processo democrático, direto e universal, o Governo decidiu, para 2018, aumentar de 3 milhões para 5 milhões a verba inscrita no Orçamento de Estado para o OPP, mas também, alargar o Orçamento Participativo a todas as áreas de governação.

Já arrancou a II Edição do Orçamento Participativo Portugal. Desde 24 de janeiro que é possível submeter propostas, até ao dia 24 de abril, através da página [www.opp.gov.pt](http://www.opp.gov.pt).







## SÍMBOLOS HERÁLDICOS

### BRASÃO DO COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DE OLHÃO



*José Cabrita*

#### DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de prata com um leão de azul animado, armado e lampassado de vermelho, segurando nas garras uma espada antiga de vermelho, envolvida por uma coroa de louros de verde. Em orla uma corda de vermelho com oito estrelas de seis pontas do mesmo, carregadas com âncora de prata. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DE OLHÃO».

#### SIMBOLOGIA

O leão, a espada e a coroa de louros são símbolos do brasão municipal, numa alusão ao comportamento heroico dos habitantes de Olhão durante as invasões francesas. A estrela de seis pontas é um elemento associado às forças policiais, considerado um guia para a ação e repositório de nobreza. A âncora alude à maritimidade e é sinónimo de constância, segurança e firmeza.



## SÍMBOLOS HERÁLDICOS

### BRASÃO DO COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DA NAZARÉ



*José Cabrita*

#### DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de ouro com rosa de azul, com centro e sépalas de prata, posta em chefe com duas âncoras de seis pontas de vermelho nos flancos, carregadas com âncora de prata. Ponta de negro carregada com um massacre de veado de prata. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras maiúsculas, tipo elzevir, «COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DA NAZARÉ».

#### SIMBOLOGIA

A ponta de negro simboliza a falésia onde o milagre impediu o almirante D. Fuas Roupinho de se precipitar, quando perseguia o veado durante uma caçada, representado pelo respetivo massacre de prata. A rosa de azul alude à “Rosa Mística” que providencialmente salvou o almirante. A estrela de seis pontas é um elemento associado às forças policiais, considerado um guia para a ação e repositório de nobreza. A âncora alude à maritimidade e é sinónimo de constância, segurança e firmeza.